

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
ESPECIALIZAÇÃO EM CONTROLADORIA**

**NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS MAIORES EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO NO
BRASIL: UMA COMPARAÇÃO COM AS EMPRESAS LISTADAS NOS SEGMENTOS
ESPECIAIS DA BM&F BOVESPA**

**Eva Maria Andreiu
Professor Dr. Luciano Márcio Scherer**

**CURITIBA
2013**

EVA MARIA ANDREIU

**NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS MAIORES EMPRESAS DE CAPITAL FECHADO NO
BRASIL: UMA COMPARAÇÃO COM AS EMPRESAS LISTADAS NOS SEGMENTOS
ESPECIAIS DA BM&F BOVESPA**

Monografia apresentada para obtenção de título de Especialista em Controladoria no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Márcio Scherer

CURITIBA

2013

Dedico esta obra a todos que possuem a sede do aprendizado, pois "... a vida é uma grande universidade, mas pouco ensina a quem não sabe ser um aluno". (Augusto Cury).

Agradeço a Deus pela vida e por todas as maravilhas que Ele propiciou em minha vida. Agradeço aos meus pais, por todo amor, carinho e dedicação que sempre disponibilizaram. Agradeço ao meu noivo Henrique, que sempre me apoiou a buscar por novas ideias e a batalhar por meus sonhos. Agradeço ao querido professor Luciano, pelo tempo dedicado nesta orientação, por todo apoio e aprendizado. Agradeço as minhas amigas Juliana, Aline, Rafaela e Vanessa, pois com certeza a especialização em controladoria não teria a mesma graça sem a presença de vocês. Agradeço a todos os mestres que ajudaram a trilhar o caminho da sabedoria. Agradeço a minha família pelo apoio e amor recebidos.

RESUMO

Para uma norma contábil ser eficaz no cumprimento de seu objetivo ela deve ser aceita no meio social. Este estudo analisa a evidenciação de provisões e contingências, imobilizado e empréstimos e financiamentos por dez companhias listadas na BM&F Bovespa, comparando-se a evidenciação de dez empresas de capital fechado consideradas como as maiores e melhores pela Revista Exame edição 2012. Esta comparação é dada por meio da observância das exigências dos pronunciamentos técnicos contábeis – CPC's relacionados a estas notas explicativas. Os resultados indicaram que as empresas de capital fechado não estão uniformes em suas apresentações quando comparadas as divulgações das empresas de capital aberto, concluindo-se que é necessário uma maior exigência por parte dos órgãos reguladores para que as demonstrações atendam a todas as orientações contidas nos CPC's, como também faz-se necessário um melhor preparo dos profissionais para que estes consigam elaborar informações mais detalhadas e claras para o público-alvo.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Seleção das maiores empresas de capital fechado	26
Quadro 02: Seleção das maiores empresas de capital aberto	27
Quadro 03: Divulgações apresentadas sobre provisões	29
Quadro 04: Nota explicativa contingência Samarco.....	30
Quadro 05: Nota explicativa contingência Gerdau	31
Quadro 06: Nota explicativa contingência Camargo Correa	32
Quadro 07: Nota explicativa contingência Suzano Papel e Celulose S.A	32
Quadro 08: Nota explicativa contingência Claro S.A.....	33
Quadro 09: Nota explicativa contingência Fibria S.A	33
Quadro 10: Nota explicativa contingência Samarco S.A	34
Quadro 11: Nota explicativa contingência Cia Siderurgica Nacional S.A	34
Quadro 12: Divulgações específicas apresentadas sobre provisões	35
Quadro 13: Divulgações apresentadas sobre provisões possíveis	36
Quadro 14: Imobilizado por classe.....	37
Quadro 15: Imobilizado – taxa média depreciação.	38
Quadro 16: Imobilizado – aplicação do CPC 27	39
Quadro 17: Imobilizado – nota da empresa Claro S.A	40
Quadro 18: Imobilizado – nota da empresa Suzano S.A.....	41
Quadro 19: Imobilizado – aplicação do CPC 27 II.....	41
Quadro 20: Imobilizado – aplicação do CPC 27 III.....	42
Quadro 21: Empréstimos e Financiamentos – aplicação do CPC 40.....	44
Quadro 22: Empréstimos e Financiamentos – Valor justo – nota da empresa Votorantim Industrial S.A.....	44
Quadro 23: Empréstimos e Financiamentos – Níveis dos Instrumentos Financeiros – nota da empresa Cia Siderurgica Nacional S.A..	45
Quadro 24: Empréstimos e Financiamentos – Garantias – nota da empresa Votorantim Industrial S.A.....	47

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Abertura das provisões das empresas analisadas.....	29
Gráfico 02: Estimativas contábeis críticas – Empréstimos e financiamentos	46
Gráfico 03: Cláusulas restritivas (covenants) – Empréstimos e financiamentos	47
Gráfico 04: Informações qualitativas e quantitativas sobre riscos – Empréstimos e financiamentos	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Hierarquia das qualidades na informação contábil.....	15
Figura 02: Resumo dos principais usuários das informações contábeis	17

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BP – Balanço Patrimonial

DRE – Demonstração do Resultado

CPC – Comitê de Pronunciamentos Técnicos Contábeis

IAS – International Accounting Standardes Board

IFRS – Internacional Financial Reporting Standards

NE – Notas explicativas

RA – Relatório da Administração.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA	3
1.2	PROBLEMA DA PESQUISA.....	4
1.3	OBJETIVOS	6
1.4	ESTRUTURA DO TRABALHO	7
2.	REVISÃO DA LITERATURA	8
2.1	ABORDAGEM DO TEMA	8
2.1.1	CONTABILIDADE	8
2.1.2	EVIDENCIAÇÃO	9
2.1.3	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
2.1.4	USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO	16
2.2	PESQUISAS RELACIONADAS	18
2.3	NOTAS EXPLICATIVAS ANALISADAS.....	20
2.3.1	DEPÓSITOS E CONTINGÊNCIAS.....	20
2.3.2	IMOBILIZADO.....	22
2.3.3	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	23
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
3.1	ENQUADRAMENTO	25
3.1.1	QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	25
3.1.2	QUANTO AO OBJETIVO DO ESTUDO	25
3.1.3	QUANTO AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.2	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	26
3.3	CRITÉRIOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE	27
4.	ANÁLISE DE DADOS	28
4.1	DEPÓSITOS E CONTINGÊNCIAS.....	28
4.2	IMOBILIZADO.....	36
4.3	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	42
5.	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	49
	REFERENCIAS.....	52

1. INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA

A contabilidade é uma das ciências mais antigas estudadas pela humanidade e sempre foi utilizada como instrumento de aplicação prática. A identificação, a mensuração e a comunicação de informações destinadas à tomada de decisões são a sua principal função, e o seu principal produto final é a demonstração financeira.

A demonstração financeira tem como objetivo disponibilizar informações sobre a posição patrimonial, financeira e de desempenho, que sejam úteis a um grande número de usuários interessados e envolvidos com a entidade. Para (MARTINS, DINIZ e MIRANDA, 2012, p. 293) “as demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração na gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados”.

O processo de convergência dos padrões contábeis em âmbito mundial surgiu principalmente devido a globalização na área dos negócios, pois empresas captam recursos no mundo todo, onde eles são menos onerosos, e investem nos países em que são melhores as oportunidades, as perspectivas mais promissoras, necessitando desta forma de demonstrações financeiras que apoiem a tomada de decisões.

No Brasil, desde o final de 2007 (após a emissão da Lei 11.638/2007), o CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis que foi criado em 2005, passou a emitir pronunciamentos contábeis convergentes com as normas internacionais de contabilidade, cuja adoção permite a elaboração de demonstrações contábeis individuais, e por consequência, consolidadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

De acordo com o CPC – R1, a informação contábil-financeira para ser útil, ela precisa ser relevante e apresentar com fidedignidade o que se propõe a apresentar, e ela só é melhorada se for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. A realização de um estudo de caso para este trabalho é justificada pela necessidade que as organizações possuem de atualizações e

aperfeiçoamentos constantes para manterem-se com um bom nível de competitividade no mercado. Para isso, necessitam de profissionais qualificados que possam transformar metodologias antigas em processos inovadores, correspondentes as exigências externas.

Os níveis de evidenciação das demonstrações financeiras podem variar, e este trabalho busca compreender os possíveis motivos que levam a empresa a evidenciar ou não uma determinada informação. O trabalho também busca identificar se a necessidade do usuário da informação contábil está sendo atendida com os padrões atuais de demonstrações financeiras adotados pelas empresas de capital fechado, comparado as empresas de capital aberto enquadradas nos níveis especiais da BM&FBovespa.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

O ser humano é racional, age sempre em prol de situações que elevarão seu próprio bem estar. No contexto organizacional, isto não é diferente, ou seja, cada um faz o melhor para si. A entidade fará ou não a divulgação à medida que determinada informação possa trazer algum benefício para a própria organização.

Para ser confiável, a informação deve representar com fidedignidade as transações e outros eventos que ela diz representar. A maioria das informações contábeis está sujeita a algum risco de ser menos do que uma representação fiel daquilo que se propõe a retratar. Para uma representação fidedigna a informação precisa ser completa, neutra e livre do erro.

Para as companhias de capital fechado, a divulgação gira em torno do que é obrigatório a ser apresentado, como também ao que as empresas estão dispostas a divulgar voluntariamente. Para as companhias abertas, cabe a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o poder de normatizar e fiscalizar a divulgação das demonstrações financeiras.

MARTINS, DINIZ e MIRANDA (2012) relacionam conceitos particularmente importantes na elaboração e análise das demonstrações contábeis, sendo eles:

- Demonstrações financeiras devem fornecer informações úteis a um grande numero de usuários, auxiliando na tomada de decisões.

- As demonstrações são preparadas conforme o regime contábil de competência (efeitos registrados no momento em que acontecem).
- As demonstrações financeiras são preparadas com a intenção de que a entidade continuará em operação no futuro previsível (continuidade).
- As informações contidas nas demonstrações financeiras devem ser relevantes para a tomada de decisões.
- Para ser confiável, a demonstração deve representar com fidedignidade as transações e outras informações que ela diz representar.
- A demonstração deve apresentar primazia da essência sobre a forma.
- A demonstração deve ser comparável.
- A demonstração deve ser compreensível.
- A demonstração deve ser clara, para que diferentes observadores possam fazer uso da informação.
- A informação contida na demonstração financeira deve ser tempestiva.

Para que as demonstrações atendam a todos os conceitos, é de extrema importância que as notas explicativas que darão suporte ao relatório estejam claras e completas. As principais notas que serão investigadas nesta pesquisa estão relacionadas com os ativos e passivos provisionados – contingência, com o Ativo permanente – Nota de imobilizado e Instrumentos financeiros derivativos – Empréstimos e financiamentos.

A compreensão dos níveis de divulgação acontece por meio da comparação entre o conjunto de informações voluntárias passível de divulgação e as informações efetivamente divulgadas. Levando em conta este pressuposto, o presente trabalho busca responder à seguinte questão:

Quais são as principais diferenças entre os níveis de evidenciação apresentados nas notas de ativos e passivos contingentes, imobilizado e empréstimos e financiamentos das maiores empresas de capital fechado do Brasil e de empresas enquadradas nos níveis especiais de governança corporativa da BM&F BOVESPA?

Outros autores desenvolveram temas semelhantes ao problema deste trabalho. Fonteles et al (2012) analisaram a evidenciação de provisões e contingências de 308 companhias listadas na BM&F Bovespa – base 2010. Os

resultados obtidos pelos autores indicaram a presença de antigas práticas contábeis e a consequente inadequação das empresas ao CPC 25.

Reis e Nogueira (2012) analisaram a nota de Ativo imobilizado de 82 empresas listadas no nível de governança Novo Mercado na BM&F Bovespa – base 2010. Os resultados obtidos pelos autores apontam que apenas 13 empresas adotaram de forma completa do CPC 27.

Mapurunga et al. (2011), constataram em sua pesquisa que das 75 demonstrações de companhias listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa, apenas 11 dos 30 itens de evidenciação das notas de instrumentos financeiros derivativos foram divulgados.

1.3 OBJETIVOS

(i) Geral

Apresentar as principais diferenças na implementação dos níveis de governança corporativa, através de um levantamento comparativo entre as dez maiores empresas brasileiras de capital fechado e as empresas que possuem capital aberto e apresentam seus relatórios nos níveis exigidos pela BM&F BOVESPA.

(ii) ESPECIFICOS

- a) Identificar as empresas fechadas dentre as 10 maiores empresas brasileiras conforme a revista Exame – Maiores e Melhores (edição 2012) em relação ao volume de vendas.
- b) Identificar as informações periódicas e eventuais que devem ser prestadas pelas empresas que aderiram ao Nível 1, Nível 2 e ao Novo Mercado da BM&F Bovespa.
- c) Identificar as informações que são divulgadas pelas empresas fechadas selecionadas e comparar com o que é solicitado pelas empresas de níveis de governança corporativa da Bovespa (Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado).
- d) Discutir sobre os possíveis motivos que possam levar as empresas de capital fechado em realizar tal nível de evidenciação.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Esta pesquisa é contemplada com a observação, o registro, a análise e a correlação entre as demonstrações financeiras de entidades de capital fechado versus as demonstrações financeiras de entidades de capital aberto previamente selecionadas, buscando identificar junto às pesquisas nas revisões da literatura, quais as melhores práticas a serem adotadas em relação ao conteúdo, forma e estrutura nas divulgações de informações financeiras das entidades.

Os capítulos anteriores a estrutura do trabalho introduziram ao tema trabalhado. O próximo capítulo (revisão da literatura) apresentará os principais autores que trabalharam o tema da pesquisa e que são a fundamentação para a elaboração e conclusão deste trabalho. Já no capítulo 3 (Procedimentos metodológicos) serão apresentados quais as principais características bem como o passo-a-passo seguido para finalização desta pesquisa. No capítulo 4 (Análise de dados) será apresentada a parte prática da pesquisa, ou seja, toda a análise documental será apresentada. Nas referências serão apresentadas todas as bases documentais que foram utilizadas serão relacionadas por ordem alfabética.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ABORDAGEM DO TEMA

2.1.1 CONTABILIDADE

Para Herrmann JR (1978, pg. 32) “contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio, à disposição da aziendas, em seus aspectos estatístico e dinâmico e suas variações”. O autor ainda defende que o desenvolvimento da contabilidade sempre esteve atrelado ao desenvolvimento econômico, social e cultural da sociedade

Para Lopes e Martins (2007, p.52), “o processo contábil é composto pelas etapas de reconhecimento, mensuração e evidenciação das atividades econômicas, sendo resultado de um amplo conjunto de forças econômicas, sociais, institucionais e políticas”. Essas forças formam as principais características do processo contábil visualizando a influência dos interessados em sua evolução.

Neste cenário, Schmidt (2000, p. 6) argumenta:

“Uma análise geral da evolução da contabilidade, tanto em termos gerenciais como financeiros, torna evidente a proeminência da escola norte-americana do cenário contábil mundial. A contabilidade deve muito de seu atual estágio de desenvolvimento aos pesquisadores, acadêmicos e contadores norte-americanos, assim como eles devem muito a contabilidade de seus ancestrais”.

A discussão do alcance dos objetivos da contabilidade traz à tona a necessidade de divulgação de informações compulsórias e voluntárias bem como a adequação dos principais métodos de divulgação. Esses métodos não se resumem apenas nas demonstrações contábeis propriamente ditas, mas incluem a divulgação de informações relevantes por meio das notas explicativas (NE), relatórios da Administração (RA), quadros complementares e parecer da auditoria (GOLÇALVES et all 2007). Hendriksen e Van Breda (1999) destacam que as NE e o RA apresentam menor padronização e regulamentação do que as demonstrações contábeis propriamente ditas, devido a amplitude das informações qualitativas e discursivas que pode evidenciar.

Ijiri (1975, p.14) comenta que a Contabilidade possui como característica particular a linguagem dos negócios. O autor explica que da mesma forma como a imprensa segue certas regras no uso de uma linguagem para veicular informações de interesse público, a contabilidade também deve observar regras específicas para comunicar os eventos de natureza econômica que interessam aos usuários das demonstrações contábeis. O autor ainda alerta que a inobservância de certas regras não apenas poderá gerar interpretações distorcidas, mas também acarretar riscos e penalidades para o contador responsável. O autor reforça que a contabilidade deve ser flexível para se adaptar às mudanças ambientais e procurar acompanhar as características dos usuários.

2.1.2 EVIDENCIAÇÃO

Segundo Bushman, Piotroski e Smith (2001, p.23) evidênciação é definida como a “abrangente disponibilidade de informações relevantes e confiáveis sobre desempenho, situação financeira, oportunidades de investimento, governança, valor e risco das empresas de capital aberto”.

A evidênciação envolve a ação de demonstrar para os usuários externos à organização o processo de reconhecimento e mensuração realizado. “Muitas vezes, a empresa realiza a evidênciação de itens que não estão formalmente reconhecidos nas demonstrações. Em outras situações, a evidênciação é complementar ao reconhecimento e mensuração” (MARTINS e LOPES, 2007, p. 51).

Niyama e Gomes (1996, p.65) explicam que:

A evidênciação diz respeito à qualidade de informações de caráter financeiro e econômico, sobre as operações recursos e obrigações de uma entidade, que sejam úteis aos usuários das demonstrações contábeis, entendidas como aquelas que de alguma forma influenciem na tomada de decisões, envolvendo a entidade e o acompanhamento da evolução patrimonial, possibilitando a realização de inferências em relação ao futuro.

Hendriksen e Van Breda (1999) defendem que a evidênciação requer a consideração das necessidades informacionais dos diferentes usuários e não somente dos investidores e acionistas, possibilitando também aos demais grupos as informações necessárias para a tomada de decisão. Assim, para que se estabeleça

o nível suficiente de informação a ser divulgado pelas companhias, faz-se necessário definir os usuários que se pretende atingir e reconhecer as diferenças entre os interesses e as necessidades informacionais destes (HIRSHLEIFER; TEOH, 2003).

Para Iubcibus (2006, p. 131) “uma boa evidenciação pode auxiliar a traçar tendências de maneira mais adequada”. Entretanto, deve-se tomar cuidado para não substituir os demonstrativos contábeis por notas explicativas ou quadros suplementares, pois acima de tudo, é nos demonstrativos tradicionais que deve ser feita a maior parte de evidenciação dos fatos relevantes.

A fim de esclarecer como as informações devem ser divulgadas, Hendriksen e Van Breda (1999) definem três níveis: (i) adequado; (ii) justo e (iii) completo. A divulgação considerada adequada requer um volume mínimo de informações compatíveis com o objetivo de evitar que as demonstrações sejam superficiais; Justa onde os objetivos éticos de tratamento equitativo de todos os usuários em potencial sejam observados; e Completa, que apresenta informações relevantes para os diversos grupos de usuários.

Portanto, a evidenciação é uma parte fundamental e indispensável para que a contabilidade atenda aos seus objetivos de fornecer informações para seus usuários. Sem evidenciação, esse fornecimento é impossível. Porém, como fornecer informações de uma forma que atenda a todos os usuários, sejam eles internos ou externos?

O processo de globalização dos mercados trouxe à tona a necessidade de convergência contábil em todos os lugares, pois os investidores são atraídos para mercados dos quais conhecem e confiam. Para Schmidt *et al.* (2010, p.2) “Diante dessas novas condições de mercado, surgem novos desafios para estudiosos profissionais e usuários da contabilidade, bem como para as entidades responsáveis pela emissão das normas contábeis”. Estes afirmam que neste cenário, as multinacionais vêm crescendo e se tornando importantes para as economias dos países desenvolvidos como também para os países em desenvolvimento.

A abertura de informações pelas companhias em um contexto global tem sido ainda mais enfocada nos últimos anos, dada a globalização do mercado de capitais e a busca de uma convergência das práticas (HO;TAYLOR,2007). Conforme Lanzana (2004), no contexto de mercados emergentes, a questão da abertura voluntária de informações é ainda mais crítica, já que a legislação em geral é menos

rígida, além do fato de que certas características das companhias destes mercados, com alta concentração acionária e fortes traços culturais, causam maior insegurança para os investidores em geral.

Nesse sentido, Andrade (2002) argumenta que a convergência, em primeiro lugar, abre o mercado brasileiro aos investidores internacionais, além de tornar o mercado de capitais e o sistema financeiro brasileiro mais transparentes para as agências internacionais, melhorando assim o relacionamento e a imagem com os organismos internacionais, além de reduzir o risco para o Brasil.

Choi, Frost e Meek (1999, p.125) ressaltam que as práticas de evidenciação estão sendo influenciadas por órgãos reguladores dos Governos em todo o mundo que procuram manter ou reforçar a credibilidade dos seus mercados de capitais nacionais. Um dos exemplos citados pelos autores é o CPC que no Brasil, tem como objetivo o estudo e a divulgação dos princípios, normas e padrões da contabilidade e auditoria, os quais têm sido publicados na forma de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas relativas a contabilidade brasileira.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - passou a emitir essas normas e, a partir de sua aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, passaram a ser de uso obrigatório por todas as sociedades limitadas, sociedades por ações e quaisquer outras entidades de fins lucrativos no Brasil. “Aprovadas pela CVM, passaram a ser obrigatórias para todas as companhias abertas” (MARTINS, DINIZ e MIRANDA, 2012, p. 288).

Para Schmidt *et al.* (2010) a iniciativa é de fundamental importância para o país, a medida que viabiliza a realização de alteração na norma contábil com maior flexibilidade, permitindo efetuar as mudanças necessárias às necessidades contábeis que surgem em decorrência das alterações, ampliação e complexibilidade do mundo dos negócios, não ficando, portanto, a regulamentação contábil atrelada à legislação contábil, no sentido de buscar caminhos de auto-regulação, similarmente ao modelo norte-americano.

Gregório (2007 p. 37) reforça que a adoção às IFRS busca diminuir os riscos, aumentando a transparência e a confiabilidade dos relatórios financeiros. Além disso, o autor relaciona casos de empresas que aderiram às IFRS com o intuito de atrair investidores estrangeiros.

A tentativa de uma proximidade com a padronização das normas contábeis está presente no Brasil, no entanto o próprio Pronunciamento Contábil CPC-R1 ainda deixa certa brecha no texto abaixo:

“OB6. Entretanto, relatórios contábil-financeiros de propósito geral não atendem e não podem atender a todas as informações de que investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, necessitam. Esses usuários precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.”

O trecho acima afirma que as empresas divulgarão toda informação necessária para o funcionamento apropriado dos mercados de capitais. No entanto Hendriksen e Van Breda (1999, p. 517) argumentam que existem evidências que mostram que as empresas resistem em aumentar o grau de divulgação financeira sem que haja pressão para isso proveniente da comunidade contábil ou do poder público. Em sua obra, alguns argumentos são levantados em relação a relutância das empresas em divulgar mais informação financeira, sendo eles:

“1. A divulgação ajudará os concorrentes, em prejuízo dos acionistas. Esse argumento entretanto, não tem muito mérito, pois os concorrentes geralmente obtêm sua informação de outras fontes.

2. Afirma-se que a divulgação integral de informação financeira dá aos sindicatos uma vantagem quando da negociação de salários. Entretanto a divulgação integral geralmente melhora o clima da negociação.

3. Argumenta-se, com frequência, que os investidores não são capazes de compreender as políticas e os procedimentos contábeis, e que a divulgação completa apenas confundirá, em lugar de esclarecer. Essa alegação também é destituída de fundamento, porque os analistas financeiros e os administradores de carteiras são versados em contabilidade, e outros investidores beneficiam-se do uso de informação financeira num mercado eficiente, ou são capazes de aprender com o estudo de informação financeira publicada.

4. Um argumento que possui certo mérito é o de que, frequentemente, pode haver outras fontes de informação financeira disponíveis para proporcioná-la a um custo mais baixo do que se fosse fornecida pela empresa em suas demonstrações financeiras.

5. A falta de conhecimento das necessidades dos investidores também é apresentada como motivo para limitar a divulgação. Dada a possibilidade de existência de muitos modelos de decisão de investimento e a dependência cada vez maior de intermediários da informação, esse motivo não deve ser um fator limitante.”

A evidenciação de itens não obrigatórios, entretanto, pode levar a ocorrência de certas despesas extras. Desta forma, tem-se que as companhias possuem certos estímulos necessários à divulgação de informações voluntárias com vistas a satisfazer seus investidores, mas que, por outro lado, podem ser suficientes para justificar o custo/benefício dessa evidenciação (HEALY; PALEPU, 2001).

Já as empresas que aderiram aos níveis especiais da Bovespa, devem seguir regras rígidas de governança corporativa. Segundo informações disponibilizadas pelo próprio site da BM&FBovespa, essas regras vão além das obrigações que as companhias tem perante a Lei das Sociedades por ações (Lei das S.As) e melhoram a avaliação das companhias que decidem aderir, voluntariamente a um dos níveis.

Em 2000, a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) definiu um conjunto de normas de conduta para as empresas, no intuito de oferecer aos investidores melhorias nas práticas de governança corporativa e de transparência, pois define que:

“a valorização e a liquidez das ações de um mercado são influenciadas positivamente pelo grau de segurança que os direitos concedidos aos acionistas oferecem pela qualidade da informação prestada pelas empresas” (BOVESPA 2002).

A adesão a essas práticas distingue a companhia como nível 1 ou nível 2 de governança corporativa, dependendo do grau de compromisso assumido pela empresa. De acordo com o site da BM&FBOVESPA, o nível 1 contempla as regras de transparência e dispersão acionária estabelecidas no novo mercado; o nível 2 contempla tanto as regras de transparência e dispersão acionária quanto as de equilíbrio de direitos entre controladores e minoritários. A grande diferença do nível 2 para o novo mercado é a possibilidade de ter ações preferenciais na estrutura de capital da companhia. Entre tais práticas, encontra-se a exigência de melhoria nas informações prestadas trimestralmente, entre as quais está a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

Além disso, foi criado o novo mercado, um segmento destinado à negociação das ações emitidas por empresas que se comprometem voluntariamente à adoção de práticas de governança corporativa e divulgação adicionais àquelas exigidas pela legislação. A adesão ao novo mercado, que é feita através de um contrato entre a empresa e a BM&FBOVESPA, igualmente menciona a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas em uma base trimestral.

Para Ponte et al. (2007), a escolha do melhor método de divulgação contábil depende da natureza da informação e de sua importância relativa. Nesse sentido,

destacam-se a flexibilidade das NE's e do RA em função da amplitude das informações que possam ser divulgadas, incluindo as voluntárias.

2.1.3 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A partir das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, iniciou-se o processo de mudança na contabilidade brasileira rumo aos padrões contábeis emitidos pelo IASB (conhecidos por IFRS). O objetivo dos padrões é assegurar que as demonstrações financeiras de uma determinada entidade estejam com informação de elevada qualidade que sejam transparentes para os interessados na informação e comparáveis em todos os períodos apresentados. "Trata-se da homogeneização da interpretação, da evolução do nível técnico da contabilidade e da padronização de uma regulamentação de caráter realmente internacional" (MÜLLER e SCHERER, 2009, p. 28).

Braga e Almeida (2008, p.3) argumentam que a Lei 11.638/07 visa adequar disposições da Lei de Sociedade por ações, principalmente aquelas que tratam da matéria contábil, à nova realidade da economia brasileira, levando-se em conta o processo, cada vez mais crescente, de globalização dos mercados, bem como a revolução havida, em nível mundial, dos princípios fundamentais de contabilidade. Os autores ainda relatam que esta lei busca padronizar as práticas contábeis no Brasil com o restante do mundo.

Schmidt et al. (2010) destacam ainda a exigência da disponibilização das demonstrações financeiras de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos (US-GAAP), nos Estados Unidos, ou de acordo com o IAS emitidos pelo IASB, para a adesão ao nível 2 ou novo mercado junto à BM&FBOVESPA.

Buscando a homogeneidade das informações a serem apresentadas em NE, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estuda, pesquisa, discute, elabora e delibera sobre o conteúdo e a redação de pronunciamentos técnicos para as demonstrações financeiras bem como as notas explicativas contempladas nos relatórios. Segundo Lopes e Martins (2007) a observação das características específicas da informação contábil é essencial para que ela seja útil para os usuários em termos de relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Hendriksen e Van Breda (1999, p.524), ressaltam que "devido as limitações de atenção e capacidade de compreensão dos seres humanos, os dados contábeis

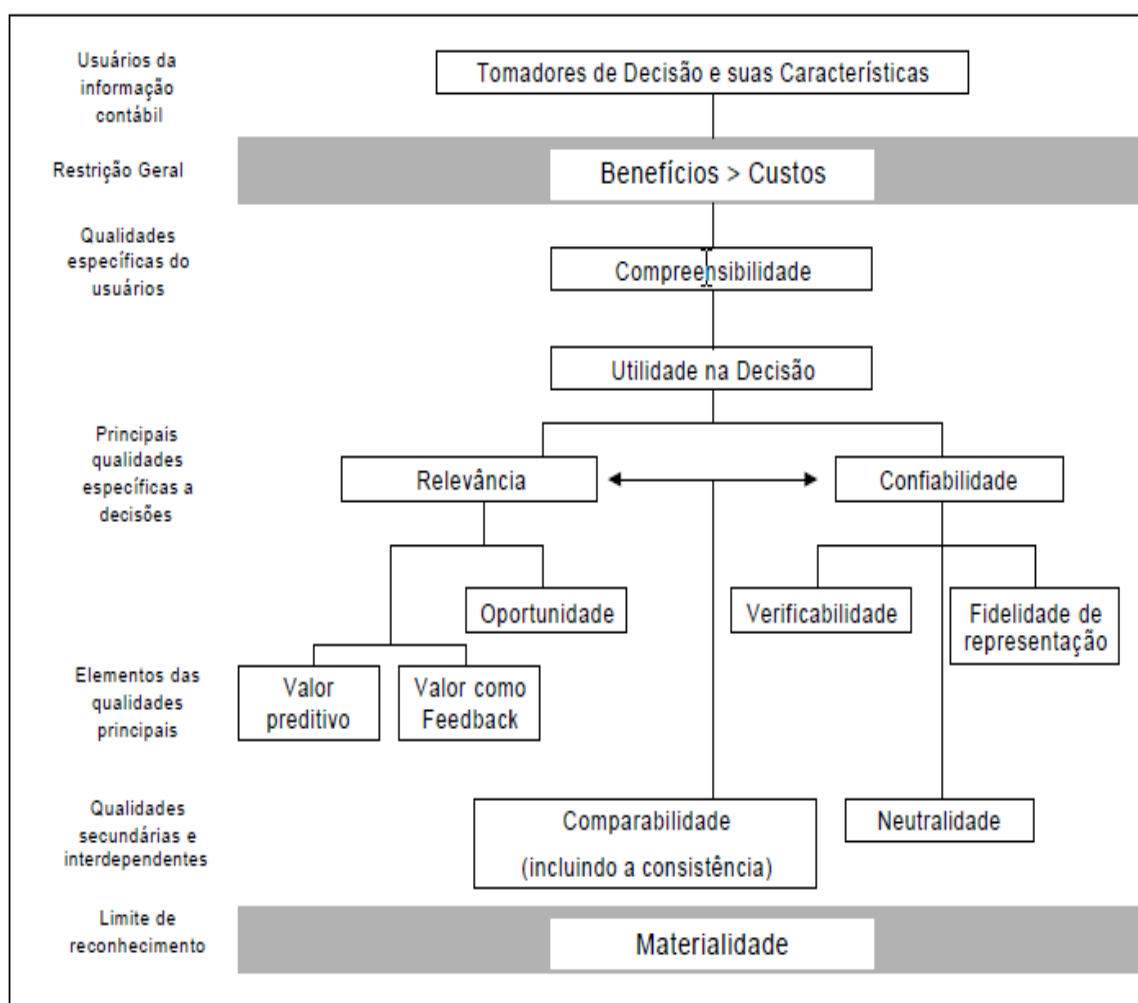
precisam ser resumidos para terem significado e serem úteis”. Estes mesmos autores advertem que “títulos e descrições apropriados dos itens contidos nas demonstrações podem ser esclarecedores para o leitor, mas termos obscuros só podem levar a confusão e a incompreensão.”

Iubricibus (2006, p. 113) destaca que “é importante utilizar, nas demonstrações contábeis, uma terminologia clara e relativamente simplificada”. Este mesmo autor adverte que termos e grupos obscuros como resultado pendente, permanente ou até mesmo resultado de exercício futuro devem ser evitados, por não serem precisos.

Hendriksen e Van Breda (1999) comentam que os números e as classificações contábeis sofrem variações quanto à interpretação que o usuário da demonstração poderá atribuir aos mesmos. Um exemplo claro que o autor afirma que o item caixa geralmente é entendido no nível assim desejado pelos contadores responsáveis pela elaboração da informação, porém esta compreensão não será aplicada a um termo como despesas diferidas. Para este termo, segundo os autores, não há qualquer interpretação específica além dos processos estruturais que lhe deram origem. Estes autores defendem que o grau máximo da demonstração é que esta execute um papel importante no mercado atual. Quando trata-se da quantidade de informação divulgada na demonstração financeira, entende-se que o volume depende de qual é o padrão considerado como mais adequado e da sofisticação que o usuário que a recebe.

A seguir, é apresentado um quadro resumo sobre a hierarquia das qualidades que devem ser apresentadas nas demonstrações financeiras:

Figura 01 – Hierarquia das qualidades na informação contábil:



Hierarquia das qualidades na informação contábil - SFAC n.º 2

Fonte: Hendriksen & Breda, 1999, p. 96.

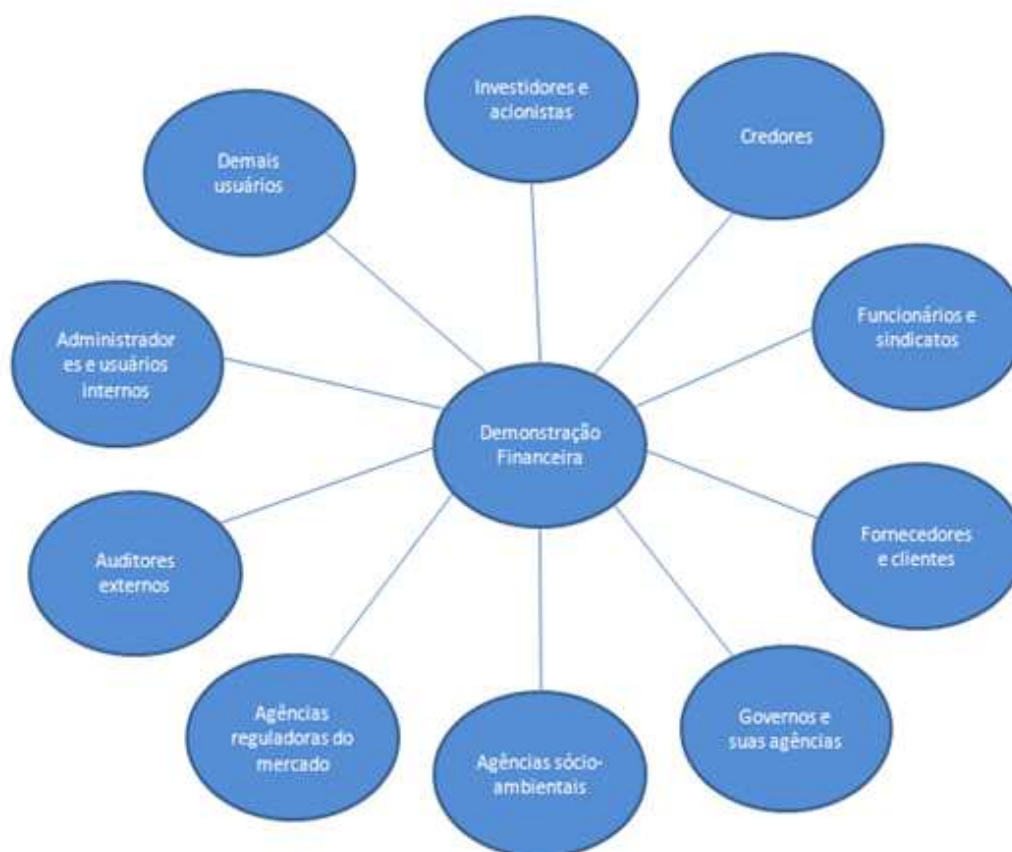
2.1.4 USUÁRIOS DA INFORMAÇÃO

Hendriksen e Van Breda (1999) definem dez grupos de usuários e as respectivas finalidades da informação. Os investidores e acionistas buscam identificar a situação econômico-financeira das companhias e decidir sobre melhores alternativas de investimento. Os credores desejam informações para aprovar empréstimos e limites de créditos por meio da análise das informações das companhias. Os funcionários e sindicatos analisam a produtividade do setor, como um fator preponderante para o reajuste dos salários. Os fornecedores e clientes verificam a capacidade de pagamento e a manutenção de compromisso das companhias. O governo e suas agências analisam o índice de arrecadação de

impostos e obtêm dados estatísticos (IBGE). As agências sócio-ambientais observam as mudanças que as companhias operam na sociedade. As agências reguladoras do mercado de capitais buscam garantir a eficiência do mercado de ações. Os auditores externos verificam a obediência da estrutura conceitual básica para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Os administradores e demais usuários internos que acompanham o resultado para prospecções futuras. Os demais usuários que não foram definidos nos demais grupos tem finalidades diversas.

Figura 02 – resumo dos principais usuários das informações contábeis:

Usuários das informações contábeis:



Fluxograma dos principais usuários da demonstração financeira.

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a obra de Hendriksen e Van Breda (1999).

Vasconcelos e Viana (2002) explicam que os usuários precisam compreender a essência da informação para atribuir valor e melhorar o processo de tomada de decisão, e para isso, a informação deve ser clara, objetiva e tempestiva.

2.2 PESQUISAS RELACIONADAS

Murcia e Santos (2009), constataram grande heterogeneidade no nível de evidenciação de informações voluntárias das 100 maiores empresas que negociavam ação na BM&F Bovespa até o ano de 2007. Os autores identificaram que muitas empresas divulgavam uma grande quantidade de informações adicionais enquanto outras se restringiram a divulgação de apenas o que é exigido pela lei. Neste trabalho, identificou-se como as empresas que possuem o maior leque de informações voluntárias: Petrobrás, Usiminas, Eletrobrás, CSN e Vale.

Já Lima (2007), pesquisou 23 companhias de capital aberto no decorrer de 2000 a 2004 e de 2001 a 2005 para comparar a relação dos níveis de evidenciação das informações contábeis versus ao custo de capital de terceiros e as variáveis de controle. Como resultado, o autor constatou que durante o período analisado, 2000 a 2001 classificam-se como “ruim”, 2002 a 2003 como “regular”, e no ano de 2004 como “bom”. A classificação “ótimo” em sua pesquisa não apresentou resultados significantes em nenhum dos períodos analisados. Os setores que se destacaram em sua pesquisa como maior nível de evidenciação voluntário foram: Aviação, química, petroquímica, energia, mineração, siderurgia, metalúrgica e papel e celulose.

Nascimento et al. (2010) buscaram analisar o nível de divulgação de informações financeiras de companhias brasileiras do subsetor de siderurgia e metalúrgica da BOVESPA. Os resultados obtidos pelos autores em relação as 17 empresas analisadas no período de 2008, apenas a USIMINAS obteve índice suficiente para ser considerada no nível justo. Os autores constataram que as companhias estão incipientes na divulgação de informações obrigatórias e voluntárias, uma vez que não divulgam informações em quantidades suficientes aos usuários.

Lima et. al (2010) buscaram verificar o aumento do volume de evidenciação contábil em notas explicativas e a conformidade de tais notas evidenciadas em relação a legislação brasileira pelas empresas do setor aéreo (demonstrações de 2007 e 2008). Além da conformidade de evidenciação o estudo verificou que o aumento do volume de evidenciação pelas empresas estudadas após a divulgação dos CPC's. As empresas que apresentaram maior aumento nos níveis de evidenciação foram a Tam S.A e a GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A.

Fonteles et al (2012) analisaram a evidenciação de provisões e contingências de 308 companhias listadas na BM&F Bovespa – base 2010. Os resultados obtidos pelos autores indicaram a presença de antigas práticas contábeis e a consequente inadequação das empresas ao CPC 25. O trabalho concluiu que a evidenciação de provisões e contingências é influenciada positivamente pelas variáveis setor de atividade (energia elétrica, eletroeletrônicos, comércio, minerais não metálicos e telecomunicações), segmento de listagem (tradicional), tamanho, rentabilidade, e liquidez, e negativamente por liquidez, setor de atividade (construção) e segmento de listagem (tradicional).

Reis e Nogueira (2012) buscaram analisar o nível de evidenciação de 82 empresas listadas no nível de governança Novo Mercado na BM&F Bovespa – base 2010. Os resultados obtidos pelos autores apontam que apenas 13 empresas adotaram de forma completa do CPC 27. Contudo 28 empresas já utilizam taxas de depreciação diferentes dos atribuídos as legislações fiscais, o que é um indicio de que há uma preocupação de evidenciação de uma depreciação e do ativo imobilizado mais próximo da realidade econômica, mesmo que isso demande um trabalho extra da empresa, como fazer controles auxiliares para realizar o pagamento de tributos seguindo a taxa exigida pela legislação fiscal e atribuir uma outra taxa para a depreciação societária. Os autores ainda concluem que as empresas que adotaram integralmente o CPC 27 as suas demonstrações apresentaram mais informações sobre o imobilizado do que aquelas que não o fizeram.

Mapurunga et al. (2011), pesquisaram a existência de associação entre a divulgação de informações acerca de instrumentos financeiros derivativos e características econômicas de sociedades brasileiras de capital aberto. Os autores analisaram 75 demonstrações de companhias listadas nos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&F Bovespa, do período de 2009. Na análise, foi constatado que apenas 11 dos 30 itens de evidenciação constantes da métrica foram divulgados por mais de 50% das companhias, onde nenhuma apresentou todos os itens da evidenciação requeridos, sendo 19 o número máximo obtido por companhia.

Aillón et al. (2012), analisaram 48 empresas listadas no IBr-X-50 base 2010 para verificar como são evidenciadas as informações gerenciais publicadas na nota explicativa de informações por segmento. Os resultados obtidos pelos autores

demonstram que a maioria das empresas divulgaram suas informações por linha de atividade ou unidade de negócio. Na conclusão dos autores, somente as empresas que apresentaram resultados positivos tentem a apresentar maior abertura do que as empresas que obtiveram resultados negativos. Os autores entendem que a evidenciação é distinta entre os setores e existe um baixo nível de disclosure das informações, o que pode ser um indicio na tentativa de ocultar a ineficiência de alguns gestores ou áreas de responsabilidade, ou ainda supressão de informações como uma barreira informacional para novos competidores no mercado de atuação.

2.3 NOTAS EXPLICATIVAS ANALISADAS

2.3.1 DEPÓSITOS E CONTINGÊNCIAS

De acordo com o Pronunciamento Técnico Contábil – CPC 25, disponível no site do CPC, o objetivo deste pronunciamento é estabelecer a aplicação de critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriadas às provisões, aos passivos e aos ativos contingentes, bem como a divulgação de informações suficientes nas notas explicativas. Este pronunciamento traz alguns conceitos importantes utilizados no tratamento contábil dos assuntos a que se propõe, como: definição de evento que cria obrigação, distinção entre obrigação legal e obrigação não formalizada, o próprio conceito de ativo e passivo contingentes, de contrato oneroso e de reestruturação. O IAS (International Accounting Standards) 37 foi a base para a elaboração deste CPC, onde o Banco Central do Brasil, em seu diagnóstico da convergência as normas internacionais resume que este documento tem como objetivo definir critérios de reconhecimento e bases de mensuração aplicáveis a provisões e as contingências, bem como apresenta a definição de regras para que sejam divulgadas informações suficientes nas notas explicativas às demonstrações contábeis, para permitir que os usuários entendam sua natureza, oportunidade e também o seu valor.

A finalidade do CPC 25 é garantir que sejam aplicados critérios de reconhecimento e bases de mensuração apropriados a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que seja divulgada informação suficiente nas notas explicativas para permitir que os usuários entendam a sua natureza, oportunidade e valor.

De acordo com o CPC 25, provisões são passivos de prazo ou de valor incertos. As provisões podem ser distintas de outros passivos, tais como contas a pagar e passivos derivativos de apropriação por competência (accruals), porque há incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua liquidação.

Muitas empresas têm mantido o uso da expressão “provisão” para referir-se não só ao significado do termo como utilizado pelo CPC 25, mas também para denominar apropriações por competência, como férias e tributos a pagar. É recomendável que seja aplicado as nomenclaturas utilizadas nas demonstrações financeiras aos termos utilizados nas novas normas contábeis.

É importante também destacar a diferença entre provisões e passivos contingentes. Provisões são reconhecidas no resultado do período, e passivos contingentes são evidenciados apenas em notas explicativas. Estes passivos contingentes são obrigações cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Adicionalmente, o termo também é utilizado pelo CPC 25 para denominar obrigações não reconhecidas, seja porque a saída de recursos não é provável ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Nesta pesquisa, foi levantado que muitas empresas têm utilizado o termo “provisões contingentes”. Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, uma vez que o CPC 25 usa o termo contingente para passivos e ativos não reconhecidos, entende-se que torna-se mais apropriado utilizar apenas o termo provisão, qualificando-o como um complemento que demonstre a natureza do passivo.

Foram considerados para análise, os seguintes critérios:

- Empresas que possuem provisões, passivos e ativos contingentes,
- Divulgações apresentadas sobre critérios contábeis relacionados a provisões, passivos e ativos contingentes,
- Divulgações apresentadas sobre provisões, no aspecto geral e a respeito de provisões para ações judiciais como também para provisões de tipos específicos (ambientais, garantias, bonificações a clientes para desativação de ativos).
- Divulgações apresentadas sobre passivos contingentes.

2.3.2 IMOBILIZADO

De acordo com o Pronunciamento Técnico Contábil – CPC 27, disponível no site do CPC, é obrigatória a revisão pelo menos anual dos parâmetros que levaram à definição do valor periódico da depreciação. O pronunciamento também reforça as definições e questões de reconhecimento tratadas pela prática contábil brasileira anterior. O IAS (International Accounting Standards) 16 foi a base para a elaboração deste CPC, onde o Banco Central do Brasil, em seu diagnóstico da convergência as normas internacionais resume que este documento estabelece procedimentos contábeis para o ativo imobilizado. Os principais aspectos considerados, no âmbito do normativo, são o reconhecimento dos ativos, a mensuração, a depreciação e as perdas por imparidade destes ativos. Para MÜLLER e SCHERER (2009, p. 88), este IAS “define o grupo do imobilizado como itens tangíveis, cuja posse é destinada ao uso na produção ou que proveja bens ou serviços, para aluguel a terceiros, ou propósitos administrativos; há a expectativa de serem usados por mais de um período.”

O Objetivo do CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16) é estabelecer o tratamento contábil para ativos imobilizados de forma que os usuários das demonstrações financeiras possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações.

De acordo com o CPC 27, ativos imobilizados são itens tangíveis mantidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a terceiros ou para finalidades administrativas, e que serão utilizados durante mais de um período.

Um ativo imobilizado deverá ser reconhecido se, e se somente se, for provável que a entidade usufrua de benefícios econômicos futuros associados a esse item e que seu custo possa ser mensurado de maneira confiável. O custo de um ativo imobilizado compreende: preço de aquisição, incluindo taxas de importação e impostos não recuperáveis, montantes diretamente ligados ao esforço de levar o ativo ao seu local de utilização e condições necessárias para entrada em operação da maneira pretendida pela administração, estimativa inicial de custos de desmontagem e remoção (caso a empresa esteja obrigada).

2.3.3 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

De acordo com o Pronunciamento Técnico Contábil – CPC 38, disponível no site do CPC, há cinco categorias de instrumentos financeiros e as condições a serem observadas para a classificação nessas categorias, bem como critérios de reconhecimento e mensuração para cada uma delas:

- Ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo pelo resultado,
- Mantido até o vencimento;
- Disponível para venda;
- Empréstimos e recebíveis e;
- Passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Adicionalmente, aborda as condições para enquadramento em cada categoria.

O pronunciamento ainda aborda a possibilidade de aplicação de metodologia de contabilidade de hedge (hedge accounting) e define que os instrumentos financeiros, que assim possam ser designados, devem ser classificados nas categorias de: valor justo, fluxo de caixa e de investimento no exterior. Também descreve determinadas condições cumulativas para que os instrumentos financeiros possam ter designação.

De acordo com o Pronunciamento Técnico Contábil – CPC 39, disponível no site do CPC, existem circunstâncias em que ativo e passivo financeiro devem ser compensados, assim como o tratamento contábil aplicável às ações em tesouraria.

De acordo com o Pronunciamento Técnico Contábil – CPC 40, disponível no site do CPC, é necessário que seja divulgado o valor contábil de cada categoria de ativo e passivo financeiros e, nos casos de passivos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, deve ser divulgado o valor da variação no valor justo que seja atribuível a mudanças no risco de crédito do passivo financeiro, bem como a diferença entre o valor contábil e a quantia que a entidade seria obrigada a pagar no vencimento do passivo ao detentor da obrigação. Também são estabelecidas as informações a serem divulgadas no caso de reclassificação de ativos financeiros, informações relativas a ativos financeiros recebidos e usados como garantia para passivos financeiros, as informações sobre contabilidade de hedge e os métodos e os pressupostos aplicados na determinação do valor justo de cada classe de ativo ou passivo financeiro. O pronunciamento requer, ainda, que a

entidade divulgue informações que possibilitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros aos quais a entidade está exposta e como eles são administrados. Estes riscos incluem tipicamente, mas não estão limitados a, risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, sendo este último desmembrado em risco de taxa de juros, cambial e outros riscos de preços, como commodities. Por fim, a entidade deve divulgar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado aos quais está exposta, demonstrando como o resultado e o patrimônio líquido seriam afetados pelas mudanças na variável em questão.

Os IAS's 32,39 e o IFRS 07 foram a base para a elaboração dos CPC's 38, 39 e 40. De acordo com o documento de diagnóstico da convergência as normas internacionais elaborado pelo Banco Central do Brasil, o IAS 32 estabelece princípios para a apresentação de instrumentos financeiros, sejam eles ativos, passivos e também de capital. Além disso, há critérios para a compensação entre os ativos e passivos financeiros. Já no diagnóstico do IAS 39, resume-se que este documento apresenta os procedimentos para a contabilização das operações realizadas com os instrumentos financeiros derivativos, estabelecendo procedimentos contábeis específicos para o reconhecimento inicial, baixa e avaliação subsequente destes itens. Em relação ao IFRS 07, "este exige que as entidades forneçam evidenciações em suas demonstrações contábeis que permitam aos usuários destas avaliar a importância dos instrumentos financeiros para a posição financeira e o desempenho da entidade" (MÜLLER e SCHERER, 2009, p. 84).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ENQUADRAMENTO

3.1.1 QUANTO À ABORDAGEM DO PROBLEMA

Esta pesquisa classifica-se como qualitativa, pois o objetivo principal não se refere a coletar dados sobre as demonstrações financeiras e estabelecer padrões a serem seguidos, e sim buscar um aperfeiçoamento nas informações e métodos já aplicados nos relatórios.

Para Sampieri, Collado e Lúcio (2006, p.5), o método qualitativo “usa coleta de dados sem medição numérica para descobrir ou aperfeiçoar questões de pesquisa e pode ou não provar hipóteses em seu processo de interpretação.”

3.1.2 QUANTO AO OBJETIVO DO ESTUDO

Esta pesquisa faz a observação, o registro, a análise e o correlação entre as demonstrações financeiras de entidades de capital fechado versus as demonstrações financeiras de entidades de capital aberto, sem manipulá-los, classificando portanto, como uma pesquisa descritiva.

Para Gil (1991, p. 46), a pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então o estabelecimento de relações entre variáveis” e que “as pesquisas descritivas são, juntamente com as exploratórias, as que habitualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática”.

Para Cervo (1996, p. 50), “os estudos descritivos, assim como os exploratórios, favorecem, numa pesquisa mais ampla e completa, as tarefas da formulação clara do problema e da hipótese como tentativa de solução”.

3.1.3 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa aborda como procedimento a investigação sobre os documentos disponibilizados pelas entidades selecionadas, a fim de se poder descrever e comparar usos, diferenças e outras características, classificando-se desta forma como uma pesquisa documental. Abordará também pesquisas bibliográficas para complementação e fundamentação teórica na pesquisa.

Para Cervo (1996, p. 50), "a pesquisa documental, em suas diversas formas, trabalha sobre dados ou fatos colhidos da própria realidade".

Para Gil (1991, p. 52), a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens: "os documentos constituem fonte rica e estável de dados" e "exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo", e também "não exige contato com sujeitos da pesquisa".

3.2 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O tema desta pesquisa será delimitado por três fatores descritos a seguir:

1 – Período analisado: ano calendário 2011.

2 – Escolha das empresas:

2.1 - Seleção das dez maiores empresas de capital fechado conforme a revista Exame – Maiores e Melhores (edição 2012) em relação ao volume de vendas.

	Empresa	Vendas Líquidas (em MM de reais)	Lucro (em MM de reais)	Setor	Ranking
1	Claro	12.015,47	- 416,60	Telecomunicações	32
2	Copersucar	9.170,24	- 6,94	Energia	47
3	Samarco	7.906,90	2.972,12	Mineração	55
4	Fumas	7.895,57	71,85	Energia	56
5	Coamo	6.216,81	267,81	Produção Agropecuária	70
6	Makro	6.160,06	- 39,00	Atacado	72
7	Camargo Corrêa	4.959,42	- 201,43	Indústria da Construção	88
8	Bunge Fertilizantes	4.876,39	- 269,26	Química e Petroquímica	89
9	Spal	4.668,37	425,49	Bens de Consumo	98
10	Votorantim	5.960,00	283,00	Holding	NA

Quadro 01 – Seleção das maiores empresas de capital fechado.

Fonte: elaborado pela autora.

2.2 - Seleção das empresas de capital aberto enquadradas nos níveis especiais e que possuem seus relatórios financeiros no sitio da BM&F Bovespa conforme as similaridades dos saldos do patrimônio líquido e resultado.

	Empresa	PL (em MM de reais)	Resultado antes do IRCS - (em MM de reais)	Setor
1	FIBRIA CELLULOSE S.A.	14.539,68	- 1.491,01	Materiais Básicos / Madeira e Papel / Papel e Celulose
2	NATURA COSMETICOS S.A.	1.250,25	1.237,73	Comércio Atacadista de Comércio E Produtos de Perfumaria
3	CIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL	12.069,53	1.583,92	Geração, Transmissão, Comercialização e Distribuição de Energia Elétrica
4	CIA SIDERURGICA NACIONAL	8.417,17	3.751,12	Mineração, Siderurgia, Logística, Cimento E Energia
5	SUZANO PAPEL E CELLULOSE S.A.	9.673,55	- 676,36	Indústria E Comércio de Papel E Celulose
6	GERDAU S.A.	26.519,80	2.350,67	Materiais Básicos / Siderurgia e Metalurgia / Siderurgia
7	GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A.	723,83	- 1.000,42	Construção e Transporte / Transporte / Transporte Aéreo
8	JBS S.A.	21.599,19	- 230,11	Consumo não Cíclico / Alimentos Processados / Carnes e Derivados
9	SOUZA CRUZ S.A.	2.079,30	2.252,77	Fabricação de Cigarros E Exportação de Fumo
10	MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	3.670,09	902,62	Construção e Transporte / Construção e Engenharia / Construção Civil

Quadro 02 – Seleção das empresas de capital aberto.

Fonte: elaborado pela autora.

3 – Notas explicativas analisadas nos relatórios financeiros:

- (i) Depósitos e contingências.
- (ii) Imobilizado
- (iii) Empréstimos e financiamentos

3.3 CRITÉRIOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE

Para a realização desta pesquisa, foi necessário levantar várias bases documentais que sustentassem bem como orientassem o tema escolhido, tendo como consulta as obras de autores voltados para a área da contabilidade e da administração. Após o levantamento documental, as notas explicativas contidas nas demonstrações financeiras das empresas escolhidas (conforme relação apresentada na delimitação da pesquisa) foram analisadas, comparadas e conferidas com as exigências das normas contábeis brasileiras.

4. ANÁLISE DE DADOS

4.1 DEPÓSITOS E CONTINGÊNCIAS

Será apresentado nesta seção, as análises referentes às divulgações das 10 maiores empresas de capital fechado (nível Brasil) e das 10 empresas de capital aberto enquadradas nos níveis especiais da BOVESPA em relação aos assuntos tratados pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37).

Neste item, os aspectos considerados nas análises foram:

- 1 – Empresas que possuem provisões, passivos e ativos contingentes,
- 2 – Divulgações apresentadas sobre provisões, divididas entre:
 - 2.1 – Divulgações gerais e a respeito de provisões para ações judiciais,
 - 2.2 – Divulgações de tipos específicos de provisões
- 3 – Divulgações apresentadas sobre passivos contingentes.

A seguir, seguem os resultados obtidos:

- 1 – Empresas que possuem provisões, passivos e ativos contingentes

Das 20 empresas analisadas, todas possuem provisões, sendo 100% em ambas amostras (capital fechado e capital aberto) que evidenciaram valores para todos ou alguns de seus passivos contingentes. Três empresas de capital fechado evidenciaram informações sobre contingências consideradas remotas e sete empresas de capital aberto realizaram tal evidenciação. Em maior quantidade, sete empresas de capital fechado informaram em notas explicativas ou então na abertura de balanço saldos de ativos contingentes e/ou depósitos judiciais, sendo 8 empresas de capital aberto a realizar tal abertura.

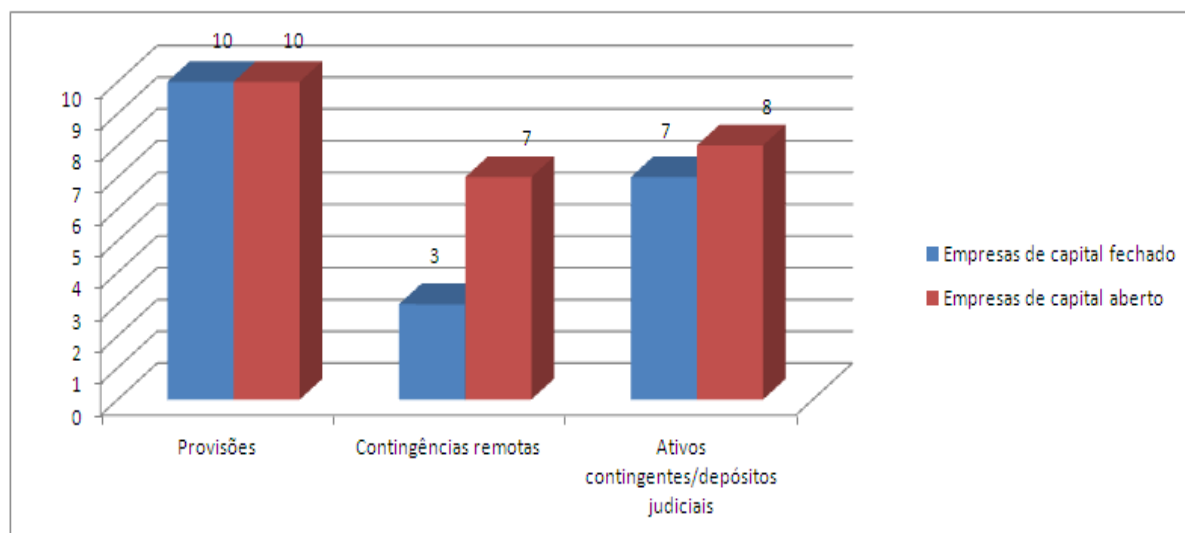


Gráfico 01 – Abertura das provisões das empresas analisadas.

Fonte: elaborado pela autora.

2 – Divulgações apresentadas sobre provisões

A maior parte das divulgações realizadas pelas empresas de capital aberto e fechado está relacionado a processos cíveis, trabalhistas e fiscais. Em menor quantidade, há evidenciações relativas a regulatórias e ações ambientais.

Entre as informações obrigatórias estão dados de natureza quantitativa e dados de natureza qualitativa. As estatísticas de apresentação das principais informações relacionadas a provisões estão sumarizadas no quadro a seguir:

	Quantidade de empresas de Capital Fechado que divulgaram a informação	Quantidade de empresas de Capital Aberto que divulgaram a informação
Informações quantitativas		
Evolução do saldo (constituições, baixas, reversões, etc).	8	10
Efeito da passagem do tempo/mudança na taxa de desconto	3	7
Informações qualitativas		
Descrição da natureza da obrigação	8	10

Quadro 03 – Divulgações apresentadas sobre provisões.

Fonte: elaborado pela autora.

2.1 – Divulgações gerais e a respeito de provisões para ações judiciais

Em relação aos processos judiciais, as empresas Samarco S.A. (capital fechado) e Gerdau S.A (capital aberto) apresentaram quadros bastante detalhados, por natureza de discussão judicial:

Empresa Samarco S.A:

14. Provisões para obrigações presentes

Controladora e Consolidado	Nota	2011			2010		
		Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido
Ações tributárias							
IRPJ - Plano Verão	(a.1)	40.023		40.023	38.209		38.209
IRPJ - Plano real	(a.2)	43.230		43.230	41.573		41.573
IRPJ - CMB	(a.3)	35.408		35.408	33.884		33.884
ECE - ES	(a.4)	15.089	- 15.089		15.089	- 15.089	
ECE - MG	(a.4)	12.547	- 12.547		12.547	- 12.547	
PIS - Lei 9.718/98	(a.5)	10.545		10.545	10.161		10.161
IRPJ - Prejuízo Fiscal - PAES	(a.6)	39.792		39.792	38.184		38.184
ICMS - Multa - Muniz Freire - ES	(a.7)	10.758		10.758	10.455		10.455
ICMS - Diferencial de alíquota Imobilizado - E	(a.8)	29.273		29.273	22.532		22.532
IRPJ - IRRF	(a.9)	18.843		18.843	18.314		18.314
Honorários advocatícios	(a.10)	5.725		5.725	5.415		5.415
Outros		4.544	- 1.252	3.292	10.914	- 902	10.012
Total de provisão para ações tributárias		265.777	- 28.888	236.889	257.277	- 28.538	228.739
Outras							
Ações cíveis	(a.11)	46.758		46.758	42.367		42.367
Ações trabalhistas		6.248	- 1.614	4.634	4.094	- 489	3.605
Ações ambientais		2		2	76		76
		53.008	- 1.614	51.394	46.537	- 489	46.048
Total da provisão para obrigações presentes		318.785	- 30.502	288.283	303.814	- 29.027	274.787

Quadro 04 – Nota explicativa contingência Samarco.

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Samarco S.A.
(Data base 2011).

Empresa Gerdau S.A:

17 – Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas

I) Provisões

		Controladora		Consolidado	
		2011	2010	2011	2010
a) Provisões tributárias					
ICMS - Imposto s/ circulação de merc. E serv	(a.1)	2.382	4.064	19.960	48.946
CSLL - Contribuição Social s/ Lucro líquido	(a.2)	9.774	8.889	70.276	64.179
IRPJ - Imposto sobre Pessoa Jurídica	(a.3)	1.427	699	1.427	699
INSS - Inst. Nacional do Seguro Social	(a.4)	140	137	20.672	20.531
Ece - Encargo de capacidade emergencial	(a.5)	9.513	9.115	36.733	33.832
RTR - Recomp. Tarifária extraordinária	(a.5)	5.337	5.114	23.963	22.026
II - Imposto de Importação IPI	(a.6)			989	1.070
PIS /COFINS	(a.7)	79.924	35.390	485.412	268.383
Outras provisões tributárias	(a.8)	903	866	13.220	13.213
		109.400	64.264	672.652	472.879
b) Provisões trabalhistas	(b)	64.922	62.329	217.696	160.026
c) Provisões cíveis	©	589	1.960	17.370	12.470
		174.911	128.553	907.718	645.375

Quadro 05 – Nota explicativa contingência Gerdau.

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Gerdau S.A. (Data base 2011).

Para cada classe de provisão a ser divulgada, entre outras informações, uma breve descrição da natureza da obrigação. No caso de processos judiciais, por exemplo, a divulgação permite ao usuário avaliar os possíveis riscos judiciais da empresa.

A grande dificuldade neste ponto é encontrar o equilíbrio da quantidade de informação adequada. Na análise realizada, notou-se que as empresas de capital aberto realizam a divulgação de forma mais ampla sobre seus processos quanto as empresas de capital fechado.

Devido ao grande número e diversidade de ações judiciais, é recomendável que seja descrito os processos mais significativos.

As empresas Camargo Correa S.A (capital fechado) e Suzano Papel e Celulose S.A (capital aberto) adotaram este tipo de estratégia, apresentando conforme telas a seguir as descrições sobre seus principais processos:

Empresa Camargo Correa S.A.

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

(a) As contingências trabalhistas decorrem principalmente de reclamações por responsabilidade subsidiária, diferenças de horas extras, reflexos em verbas rescisórias, equiparação salarial e adicionais de insalubridade e periculosidade.

(b) As contingências tributárias correspondem, principalmente, a processos relacionados à PIS, COFINS, Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, INSS, cobrança indevida de Impostos Sobre Serviços - ISS e autos de infração, entre outros.

classificada como possível, não tendo sido, portanto, sujeitas a provisões para riscos: R\$90.892 (R\$31.402 em 31 de dezembro de 2010) de contingências trabalhistas, referentes a adicional de insalubridade e periculosidade, adicional noturno, horas extras, férias e indenização; R\$357.663 (R\$189.508 em 31 de dezembro de 2010) de riscos tributários, referentes, substancialmente, a processos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, COFINS e Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF; e R\$526.745 (R\$362.277 em 31 de dezembro de 2010) de contingências cíveis, referentes a indenizações decorrentes de desavenças comerciais, indenização por danos materiais e morais, e danos causados por acidente de veículos.

Quadro 06 – Nota explicativa contingência Camargo Correa .

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Camargo Correa S.A. (Data base 2011).

Empresa Suzano Papel e Celulose S.A.

19 Provisão para contingências

Os principais processos são comentados a seguir:

COFINS

A Companhia possui depósitos judiciais de COFINS, no montante de R\$ 19,3 milhões, realizados em processo judicial no qual se discute as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/98, sendo R\$ 11,8 milhões relativos à ampliação de base de cálculo, cuja jurisprudência está pacificada a favor do contribuinte, e R\$ 7,5 milhões referentes à majoração de alíquota, cuja jurisprudência está pacificada a favor da União Federal e para os quais há provisão.

Outros processos tributários

Além do processo judicial citado no item precedente, a Companhia figura no pólo passivo em processos judiciais e administrativos, nos quais houve adesão ao Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), Lei nº 11.941/09, com constituição de provisão no valor de R\$ 10,7 milhões, para os processos que não houve adesão a Companhia constituiu provisão de R\$ 122,3 milhões.

A Companhia ainda figura no polo passivo em processos judiciais ou administrativos, que envolvem outros tributos, tais como PIS, IPI, ICMS, IR, contribuições previdenciárias, no valor total de R\$ 500,6 milhões, cujo prognóstico é de perda possível.

Para os processos cuja perda é provável, a Companhia possui o saldo de R\$ 8,9 milhões, de depósitos judiciais realizados.

Processos trabalhistas

A Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 24,1 milhões, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 18,5 milhões, cujo prognóstico é de perda possível.

Para os processos cuja perda é provável, a Companhia possui o saldo de R\$ 3,5 milhões, de depósitos judiciais realizados.

Processos cíveis

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 6,2 milhões, cujo prognóstico é de perda provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 11,4 milhões, cujo prognóstico de perda é possível.

Para os processos cuja perda é provável, a Companhia possui o saldo de R\$ 201, de depósitos judiciais realizados

Quadro 07 – Nota explicativa contingência Suzano Papel e Celulose S.A .

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Suzano Papel e Celulose S.A. (Data base 2011).

De acordo com o CPC 25, as empresas devem divulgar, para cada classe de provisão, as respectivas movimentações do período, incluindo utilizações, aumentos, reversões e alterações referentes a ajustes a valor presente. Notou-se que 80% das empresas de capital fechado analisadas apresentaram a nota de movimentação e que 100% das empresas de capital aberto apresentaram a referida nota.

Duas das empresas que atenderam o CPC nesta regra foram: Claro S.A (capital fechado) e Fibria S.A (capital aberto) conforme demonstrado a seguir:

Empresa Claro S.A

16. Obrigações legais vinculadas a processos judiciais

b) Movimentação					
	Tributárias	Cíveis/ consumidores	Trabalhistas	Regulatório	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.783.169	31.806	52.596	578.506	2.446.077
Adições	42.739	2.018	871	16.187	61.815
Baixas	- 156.998	- 1.494	- 1.142	- 16.187	- 175.821
Atualização monetária	9.389			1.723	11.112
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>1.678.299</u>	<u>32.330</u>	<u>52.325</u>	<u>580.229</u>	<u>2.343.183</u>

Quadro 08 – Nota explicativa contingência Claro S.A .

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Claro S.A.
(Data base 2011).

Empresa Fibria S.A.

24. Contingências

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	388.967	691.449	364.097	712.873
Baixa de processos (*)	- 122.480	- 394.168	- 123.624	- 396.696
Entrada de novos processos		9.273		13.934
Atualização monetária	26.102	32.413	29.333	33.986
Montante provisionado	<u>242.589</u>	<u>338.967</u>	<u>269.806</u>	<u>364.097</u>

Quadro 09 – Nota explicativa contingência Fibria S.A .

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Fibria S.A.
(Data base 2011).

Em muitos casos, os passivos relacionados a disputas judiciais estão associados a depósitos judiciais e garantias constituídas. A respeito, as empresas Samarco S.A (capital fechado) e Cia Siderurgica Nacional (capital aberto) realizaram tal divulgação:

Empresa Samarco S.A.

14. Provisões para obrigações presentes:

	Controladora e Consolidado					31/12/2011
	31/12/2010	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	
Ações tributárias	257.277		6.371		14.871	265.777
(-) Depósitos judiciais tributários	- 28.538	- 350				- 28.888
Ações cíveis	42.367				4.391	46.758
Ações trabalhistas	4.094	1.858	547	- 251		6.248
(-) Depósitos judiciais trabalhistas	- 489	- 1.576	- 135	586		- 1.614
Ações ambientais	76		- 74			2
	<u>274.787</u>	<u>- 68</u>	<u>- 6.033</u>	<u>335</u>	<u>19.262</u>	<u>288.283</u>

Quadro 10 – Nota explicativa contingência Samarco S.A .

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Samarco S.A.
(Data base 2011).

Empresa Cia Siderurgica Nacional

19. Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais

	Consolidado			
	31/12/2011		31/12/2010	
	Depósitos Judiciais	Passivo provisionado	Depósitos judiciais	Passivo provisionado
Previdenciárias e trabalhistas	131.443	284.556	107.100	247.212
Cíveis	50.909	94.183	47.216	80.331
Ambientais		6.906		500
Fiscais	1.159.881	94.317	878.309	86.342
Depósitos caucionados	26.928		46.160	
	<u>1.369.161</u>	<u>479.962</u>	<u>1.078.785</u>	<u>414.385</u>
Obrigações legais questionadas judicialmente				
Fiscais				
Crédito prêmio IPI			1.227.892	1,227.892
Crédito CSLL sobre exportação		9.016		401.916
Salário-educação	36.189	33.121	36.189	33.121
CIDE	2.895	3.246	54.211	27.545
IR/plano verão	345.676	20.892	341.551	20.892
Outras provisões	6.893	92.226	36.078	113.552
	<u>391.653</u>	<u>158.501</u>	<u>1,695.921</u>	<u>1,824.918</u>
	<u>1,760.814</u>	<u>638.463</u>	<u>2,774.706</u>	<u>2,239.303</u>
Total circulante		292.178		222.461
Total não circulante	<u>1,760.814</u>	<u>346.285</u>	<u>2,774.706</u>	<u>2,016.842</u>

Quadro 11 – Nota explicativa contingência Cia Siderurgica Nacional S.A .

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Cia Siderurgica Nacional S.A. (Data base 2011).

2.2 – Divulgações de tipos específicos de provisões

As obrigações relacionadas ao registro de provisões podem decorrer tanto de obrigação legal quanto de obrigação não formalizada, neste último caso quando o

evento ou ação da entidade cria expectativas válidas em terceiros de que a entidade cumprirá a obrigação.

Segue abaixo um quadro resumo a respeito da volumetria de provisões específicas divulgadas pelas empresas analisadas:

	Quantidade de empresas de Capital Fechado que divulgaram a informação	Quantidade de empresas de Capital Aberto que divulgaram a informação
Contingências ambientais	1	2
Garantias e bonificações a clientes	2	1
Desativações		1

Quadro 12 – Divulgações específicas apresentadas sobre provisões.

Fonte: elaborado pela autora.

3 – Divulgações apresentadas sobre passivos contingentes

Os passivos contingentes não devem ser reconhecidos contabilmente no balanço das empresas, mas devem ser objeto de divulgação em nota explicativa. De acordo com o CPC 25, apenas os passivos contingentes cuja probabilidade de perda é remota não necessitam ser divulgados pela empresa.

A entidade deve divulgar, para cada classe de passivo contingente na data do balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e, quando praticável, a estimativa do seu efeito financeiro, a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de qualquer saída, e a possibilidade de qualquer reembolso.

O CPC 25 indica que, em casos extremamente raros, pode-se esperar que a divulgação de alguma ou de todas as informações exigidas prejudique seriamente a posição da entidade em uma disputa com outras partes sobre os assuntos da provisão, passivo contingente ou ativo contingente. Em tais casos, a entidade não precisa divulgar as informações, mas deve divulgar a natureza geral da disputa, juntamente com o fato de que as informações não foram divulgadas, com a devida justificativa.

Segue abaixo um quadro resumo a respeito da volumetria de passivos contingentes (contingências possíveis) divulgadas pelas empresas analisadas:

	Quantidade de empresas de Capital Fechado que divulgaram a informação	Quantidade de empresas de Capital Aberto que divulgaram a informação
Contingências possíveis	6	4

Quadro 13 – Divulgações apresentadas sobre provisões possíveis.

Fonte: elaborado pela autora.

4.2 IMOBILIZADO

Foram analisadas às divulgações das 10 maiores empresas de capital fechado (nível Brasil) e das 10 empresas de capital aberto enquadradas nos níveis especiais da BOVESPA em relação aos assuntos tratados pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado (IAS 16) nas demonstrações consolidadas publicadas em 2011.

Neste item, os aspectos considerados nas análises foram:

- 1 – Ativos imobilizados divulgados pelas empresas analisadas,
- 2 – Vida útil dos bens do ativo imobilizado
- 3 – Exemplos práticos da aplicação do CPC 27.

A seguir, seguem os resultados obtidos:

- 1 – Ativos imobilizados divulgados pelas empresas analisadas:

Todas as 20 empresas analisadas apresentaram notas sobre o ativo imobilizado. Os principais grupos de ativos Imobilizados identificados nas empresas analisadas são apresentados no quadro a seguir:

Principais grupos do ativo imobilizado	Quantidade de empresas de capital fechado em que os grupos estão presentes	Quantidade de empresas de capital aberto em que os grupos estão presentes
Móveis e utensílios	8	8
Máquinas e equipamentos	10	10
Imóveis	9	7
Imobilizado em andamento	9	8
Veículos	10	6
Terrenos	10	6
Outros	6	7
Imobilizado específico na atividade	5	3
Equipamentos de informática ou processamento de dados	6	6
Instalações	2	3
Benfeitorias em bens de terceiros	4	3

Quadro 14 – Imobilizado por classe.

Fonte: elaborado pela autora.

Dentro do imobilizado específico estão os bens relativos ao cumprimento de atividades intrínsecas dos negócios. Por exemplo, para empresas de energia estão os geradores, as barragens, os adutores, etc. Para as empresas de telecomunicações estão os equipamentos específicos das atividades, e assim por diante. A categoria “outros” foi utilizada apenas para classificar os ativos imobilizados designados pelas próprias companhias como outros. De acordo com o quadro, tanto as empresas de capital fechado quanto as empresas de capital aberto apresentam uma abertura por classe suficiente de seu imobilizado.

2 – Vida útil dos bens do ativo imobilizado

Com base nos dados coletados, foi identificado a vida útil média (taxa de depreciação média) dos bens do ativo imobilizado divulgados pelas empresas da amostra em 2011, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Principais grupos do ativo imobilizado	Taxa média de depreciação de empresas de capital fechado	Taxa média de depreciação de empresas de capital aberto
Móveis e utensílios	9,27%	10,20%
Máquinas e equipamentos	8,24%	8,88%
Imóveis	3,40%	3,63%
Imobilizado em andamento		
Veículos	14,18%	18,42%
Terrenos		
Outros	7,00%	7,83%
Imobilizado específico na atividade	6,55%	12,27%
Equipamentos de informática ou processamento de dados	14,95%	17,16%
Instalações	10,00%	8,30%
Benfeitorias em bens de terceiros	4,54%	17,50%

Quadro 15 – Imobilizado – taxa média depreciação.

Fonte: elaborado pela autora.

Das 10 empresas de capital fechado, 4 empresas divulgaram apenas a vida útil estimada em anos, sem a respectiva taxa média. Para as empresas de capital aberto, apenas duas empresas não apresentaram a taxa média de seus imobilizados.

Os terrenos e imobilizações em andamento apresentaram vida útil indefinida em quase todas as empresas da amostra e, portanto, não sofreram depreciação.

O ativo imobilizado com maior taxa de depreciação média (consequentemente, menor vida útil) foram os equipamentos de informática ou processamento de dados para as empresas de capital fechado, e a classe de veículos para as empresas de capital aberto. Quanto a maior vida útil, é observada na classe de imóveis, tanto para as empresas de capital fechado como também de capital aberto.

No que se refere aos métodos de depreciação, todas as 20 empresas analisadas utilizam o método linear de depreciação para seus ativos imobilizados.

3 – Exemplos práticos da aplicação do CPC 27.

De acordo com as exigências do CPC 27 – ativo imobilizado (IAS 16), as empresas devem divulgar para cada classe de ativo imobilizado:

- a) A base de mensuração utilizada para determinar o valor contábil bruto,
- b) O método de depreciação utilizado,
- c) A vida útil ou a taxa média de depreciação utilizada,

- d) O valor contábil bruto e a depreciação acumulada (agregada das perdas acumuladas por impairment), no começo e no final do período.

O resultado da análise aplicada sobre as 20 empresas demonstrou que esta amostragem está de acordo com o que o CPC exige para fins de divulgação de uma nota de Ativo imobilizado conforme quadro a seguir:

Aplicações Práticas CPC 27	Percentual de empresas de capital fechado que realizaram a divulgação	Percentual de empresas de capital aberto que realizaram a divulgação
A base de mensuração utilizada para determinar o valor contábil bruto	100%	100%
O método de depreciação utilizado	100%	100%
A vida útil ou a taxa média de depreciação utilizada	100%	100%
O valor contábil bruto e a depreciação acumulada	100%	100%

Quadro 16 – Imobilizado – aplicação do CPC 27.

Fonte: elaborado pela autora.

Como exemplo, a empresa Claro S.A divulgou uma nota bem detalhada de quais são os critérios aplicados sobre o seu ativo imobilizado:

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos. Depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência (Nota 11). Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma reforma relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios do reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. Os custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis de terceiros são capitalizados e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos. Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), havia a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e sua controlada optaram por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia e de sua controlada; (ii) a Companhia e sua controlada possuem uma segregação dos ativos em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; (iii) a área de atuação da Companhia e de sua controlada são significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, requerendo a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens, o que vem sendo efetuado consistentemente pela Companhia e sua controlada; (iv) a Companhia e sua controlada possuem controles eficazes sobre os bens dos ativos imobilizados, que possibilitam a pronta identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil destes ativos; e (v) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. Portanto, os valores apresentados no ativo imobilizado líquidos, estão registrados pelo custo depreciado conforme permitido pelo IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil.

Quadro 17 – Imobilizado – nota da empresa Claro S.A.

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Claro S.A.
(Data base 2011).

Como exemplo das empresas de capital aberto, a empresa Suzano S.A realizou tal evidenciação sobre as políticas de reconhecimento e mensuração de seu imobilizado:

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995.

Em 1º de Janeiro de 2009, data de transição para as IFRS, a Companhia e sua controlada Comercial e Agrícola Paineiras Ltda ("Paineiras"), fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas Máquinas, Equipamentos, Edificações, Terras e Fazendas para atribuir um novo custo (deemed cost). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada, exceto para Terras e Fazendas que possuem vida útil indefinida.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 15 e leva em consideração o tempo de vida útil remanescente estimado no laudo de avaliação patrimonial que determinou os novos valores atribuídos aos ativos. Efeitos decorrentes de eventuais alterações nessas estimativas, se relevantes, são tratados como mudança de estimativas contábeis e reconhecidos de forma prospectiva no resultado do exercício. Encargos financeiros e os gastos que aumentam significativamente a vida útil dos bens são capitalizados ao valor do ativo imobilizado e depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados. Os gastos com manutenção e reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesa quando incorridos.

O ativo imobilizado está líquido de créditos do Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e a contrapartida está registrada em Impostos a compensar.

Quadro 18 – Imobilizado – nota da empresa Suzano S.A.

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Suzano S.A. (Data base 2011).

Conforme o CPC 27, as empresas também devem divulgar:

- a) A existência e a quantia das restrições sobre os ativos imobilizados decorrentes de garantias para passivos,
- b) O valor das despesas capitalizadas no custo dos ativos imobilizados no período de sua construção
- c) O valor dos compromissos contratuais de ativos imobilizados.

O resultado da análise aplicada sobre as 20 empresas demonstrou que esta amostragem está de acordo com o que o CPC exige para fins de divulgação de uma nota de Ativo imobilizado, deixando apenas um pouco a desejar no critério dos compromissos contratuais de ativos imobilizados das empresas de capital fechado, conforme quadro a seguir:

Aplicações Práticas CPC 27	Percentual de empresas de capital fechado que realizaram a divulgação	Percentual de empresas de capital aberto que realizaram a divulgação
A existência e a quantia das restrições sobre os ativos imobilizados decorrentes de garantias para passivos	60%	100%
O valor das despesas capitalizadas no custo dos ativos imobilizados no período de sua construção	90%	80%
O valor dos compromissos contratuais de ativos imobilizados	40%	80%

Quadro 19 – Imobilizado – aplicação do CPC 27 II.

Fonte: elaborado pela autora.

A seleção do método de depreciação e a estimativa da vida útil dos ativos são questões de julgamentos. Portanto, as empresas devem divulgar os métodos adotados e as vidas úteis estimadas ou taxas de depreciação a fim de fornecer, aos usuários das demonstrações financeiras, informações que lhe permitam revisar e comparar as políticas contábeis estabelecidas pelos gestores. Na análise, foram obtidos os seguintes resultados:

Aplicações Práticas CPC 27	Percentual de empresas de capital fechado que realizaram a divulgação	Percentual de empresas de capital aberto que realizaram a divulgação
A depreciação, mostrando quando ela é reconhecida no resultado ou quando ela é capitalizada no custo de algum outro ativo ou produto no período	100%	100%
A depreciação acumulada no período	100%	100%

Quadro 20 – Imobilizado – aplicação do CPC 27 III.

Fonte: elaborado pela autora.

4.3 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Será apresentado nesta seção, as análises referentes às divulgações das 10 maiores empresas de capital fechado (nível Brasil) e das 10 empresas de capital aberto enquadradas nos níveis especiais da BOVESPA em relação aos assuntos tratados pelos CPC's 38, 39 e 40 – Instrumentos Financeiros (IAS 32, IAS 39 e IFRS 7) no que tange as notas explicativas de empréstimos e financiamentos.

Os aspectos analisados foram:

- 1 - Definição e mensuração dos instrumentos financeiros no que tange passivos financeiros,
- 2 - Divulgações sobre passivos financeiros no que tange:
 - i) Valor justo
 - ii) Estimativas contábeis críticas
 - iii) Cláusulas restritivas (covenats)
 - iv) Garantias
 - v) Informações qualitativas e quantitativas sobre riscos

1- Definição e mensuração dos instrumentos financeiros no que tange passivos financeiros.

Do montante de passivos financeiros apresentados pelas empresas analisadas, os mais representativos são os Empréstimos e Financiamentos sobre o total do lado direito do balanço. Dada esta representatividade destes itens na situação econômico-financeira das empresas, a divulgação adequada e completa é muito importante para que os relatórios financeiros atendam ao seu objetivo principal: promover informações relevantes para a tomada de decisões dos interessados.

Para o grupo de empréstimos e financiamentos, é importante que prazos de vencimento e taxas médias contratadas sejam divulgadas para que estas auxiliem os usuários na avaliação do risco da solvência e do custo de capital de terceiros.

2 - Divulgações sobre passivos financeiros no que tange:

i) Valor Justo

Em relação a divulgação de situações relacionadas à mensuração pelo valor justo, foi analisado se as empresas de capital aberto e capital fechado apresentaram as informações exigidas pelo CPC 40. Os resultados obtidos são apresentados na tabela a seguir:

Item de observação acerca da mensuração do valor justo	Quantidade de empresas de capital fechado em que a informação foi divulgada	Quantidade de empresas de capital aberto em que a informação foi divulgada
Para cada passivo financeiro denominado como empréstimos e financiamentos, a empresa deve divulgar o valor justo da classe de forma que permita ser comparado com seu valor contábil.	2	5
O nível da hierarquia (nível I, nível II e nível III) do valor justo dentro do qual as mensurações do valor justo estão classificadas em sua totalidade, segregando as mensurações de valor justo de acordo com os níveis definidos.	0	3
A entidade deve divulgar para a classe de empréstimos e financiamentos os métodos e técnicas na determinação do valor justo.	7	8

Quadro 21 – Empréstimos e Financiamentos – aplicação do CPC 40.

Fonte: elaborado pela autora.

Com base nos resultados obtidos acima, percebe-se que uma parte significativa das empresas de capital fechado não apresenta as referidas divulgações exigidas pelo CPC 40. Uma das empresas de capital fechado que apresentaram as divulgações sobre a comparação entre os valores contábeis e valores justos de seus empréstimos e financiamentos, por exemplo, foi a Votorantim S.A conforme tela abaixo:

Valor justo dos empréstimos e financiamentos		
		31/12/2011
	Valor contábil	Valor justo
Adiantamento sobre contratos de câmbio	197	195
Bonds	8.949	9.268
BNDES	4.538	4.346
FINAME	92	85
NCE	242	277
Agência de fomento	713	710
Capital de giro e empréstimos sindicalizados	1.343	1.322
Debênture	2.713	2.909
Pré pagamento de exportação	3.439	3.746
Outros	208	206
	<u>22.434</u>	<u>23.065</u>

Quadro 22 – Empréstimos e Financiamentos – Valor justo – nota da empresa Votorantim Industrial S.A.

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Votorantim Industrial S.A. (Data base 2011).

Ainda sobre evidenciação de valor justo, é de suma importância que as empresas divulguem os passivos financeiros mensurados ao valor justo segregando as hierarquias estabelecidas no CPC 40 (nível 1, 2 e 3). Das empresas de capital fechado, nenhuma empresa selecionada na amostra apresentou a devida divulgação requerida pelo CPC. Já as empresas de capital aberto, apenas três companhias realizaram tal divulgação, como a empresa Cia Siderurgica Nacional na tabela abaixo:

O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação:

Consolidado	31/12/2011				31/12/2010			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldos
Ativo								
Circulante								
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		55.115		55.115				
Não Circulante								
Ativos financeiros disponíveis para venda								
Investimentos	2.089.309			2.089.309	2.102.112			2.102.112
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		376.344		76.344		254.231		254.231
Passivo								
Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		2.971		2.971		116.407		116.407
Não Circulante								
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos		373.430		373.430		254.494		254.494

Quadro 23 – Empréstimos e Financiamentos – Níveis dos Instrumentos Financeiros – nota da empresa Cia Siderurgica Nacional S.A.

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Cia Siderurgica Nacional S.A. (Data base 2011).

ii) Estimativas contábeis críticas

A partir da convergência para as normas internacionais, as empresas deverão divulgar as estimativas consideradas críticas, isto é, aquelas que envolveram julgamento por parte da empresa em razão de sua inerente complexibilidade. Isto porque, como tais estimativas são subjetivas, outros profissionais, em face das mesmas decisões, poderiam optar por critérios distintos.

Na análise sobre os relatórios financeiros das empresas selecionadas, segue abaixo o resultado obtido referente a divulgação de estimativas contábeis críticas em relação a nota de empréstimos e financiamentos:

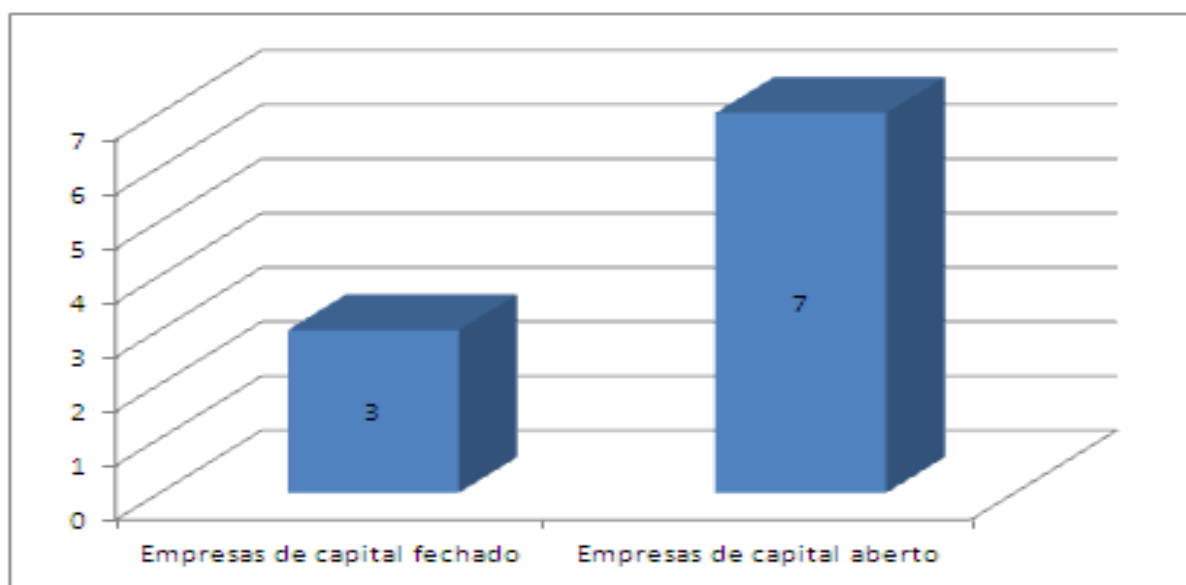


Gráfico 02 – Estimativas contábeis críticas – Empréstimos e financiamentos

Fonte: elaborado pela autora.

iii) Cláusulas restritivas (covenants)

Uma das principais e mais importantes funções das demonstrações financeiras é a sua utilização como base para a formação de contratos entre os agentes econômicos. Um exemplo disso são as cláusulas contratuais de dívidas, conhecidas no mercado como covenants, que são frequentemente estabelecidas com base em informações extraídas do balanço, como por exemplo, passivos e financiamentos, caixa e equivalentes e Ebtida.

Segue abaixo a quantidade de empresas que realizam esta abertura por meio de nota explicativa:

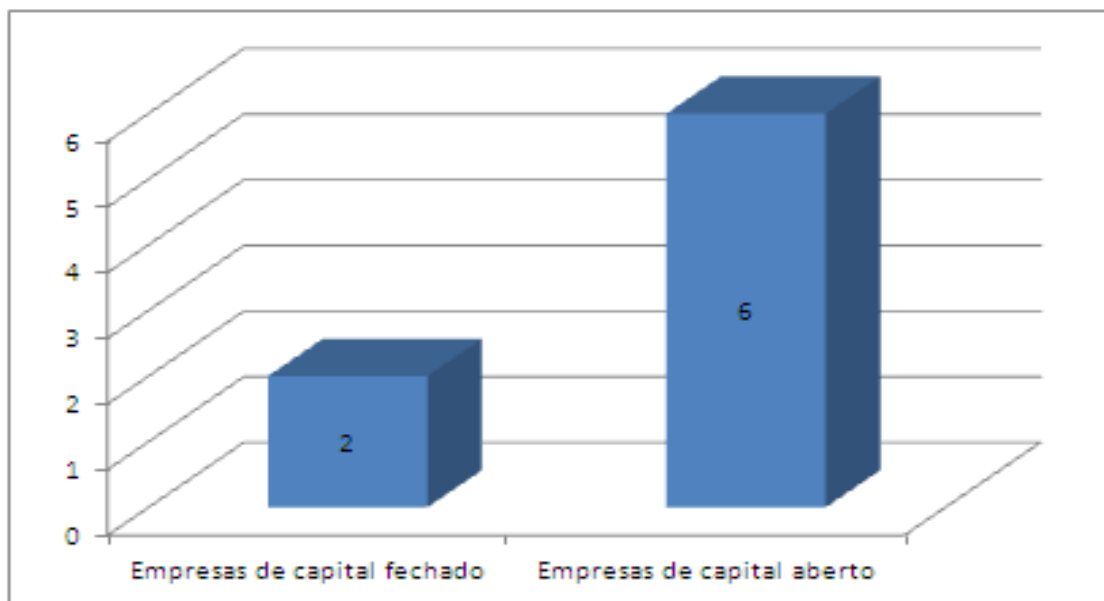


Gráfico 03 – Cláusulas restritivas (covenants) – Empréstimos e financiamentos

Fonte: elaborado pela autora.

iv) Garantias

Segundo o CPC 40, a entidade deve fornecer informações sobre ativos financeiros usados como colaterais, como é o caso da Votorantim Industrial S.A:

(b) Garantias

Em 31 de dezembro de 2011, R\$ 2.131 de saldo de empréstimos e financiamentos estavam garantidos por notas promissórias e avais da Companhia ou de suas controladas, enquanto R\$ 92 dos bens do ativo imobilizado estavam garantidos por alienação fiduciária. Certos contratos de empréstimos e financiamentos garantidos pela Votorantim Participações S.A. passarão a ser garantidos pela Companhia assim que certas condições contratuais forem cumpridas.

A controlada em conjunto Fibria possuía, em 31 de dezembro de 2011, R\$ 4.665 (não proporcionalizados) dos bens do ativo imobilizado como garantia de seus empréstimos e financiamentos.

Quadro 24 – Empréstimos e Financiamentos – Garantias – nota da empresa Votorantim Industrial S.A.

Fonte: elaborado pela autora – uma adaptação a demonstração financeira da empresa Votorantim Industrial S.A. (Data base 2011).

v) Informações qualitativas e quantitativas sobre riscos

As companhias enfrentam diferentes tipos de riscos nas suas operações com instrumentos financeiros, como por exemplo, o risco de crédito, os riscos de variações de taxa de cambio, juros e preços de commodities. Dentro deste contexto, a gestão de risco é fundamental para a sobrevivência das empresas ao longo do tempo.

Na maior parte das empresas, tal gestão é definida a partir de políticas que objetivam a eliminação ou, ao menos, a mitigação dos riscos. Em muitos casos, a gestão desses riscos envolve a utilização de instrumentos financeiros, inclusive derivativos, como por exemplo, contratos futuros e a termo, swaps e opções.

Contudo, é importante ressaltar que os instrumentos financeiros, apesar de serem utilizados para fins de gestão de riscos da empresa, igualmente possuem seu risco próprio como por exemplo o risco de crédito e o risco de liquidez. Nesse contexto, é de suma importância que as empresas divulguem suas políticas de gestão de risco. Segue abaixo o resultado das empresas que divulgaram tais informações a respeito dos riscos que giram em torno dos próprios passivos financeiros:

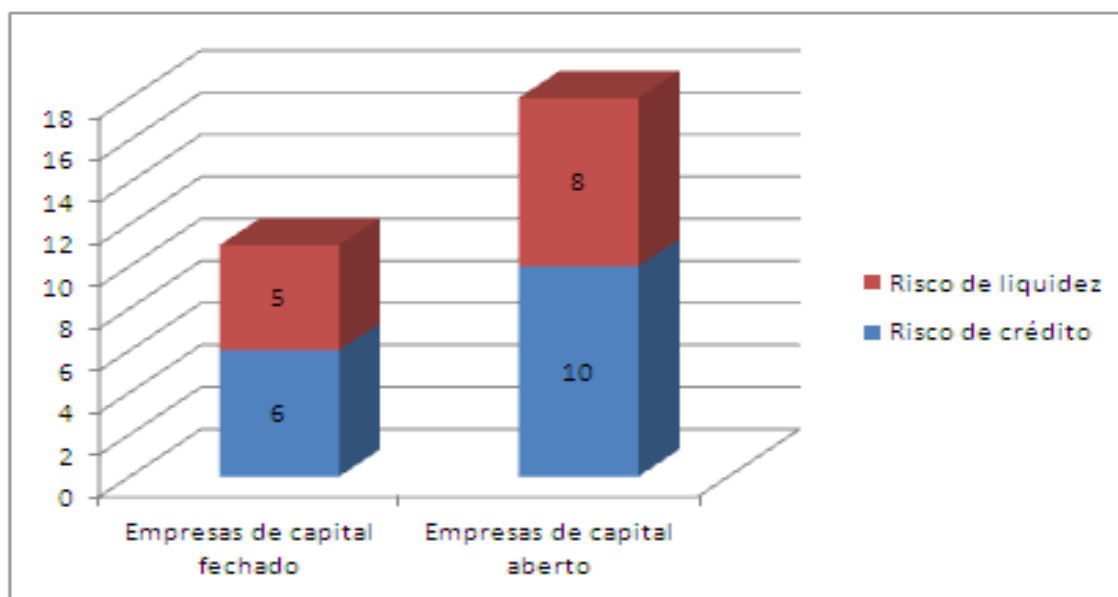


Gráfico 04 – Informações qualitativas e quantitativas sobre riscos – Empréstimos e financiamentos

Fonte: elaborado pela autora.

5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao realizar as análises sobre a amostra de 10 demonstrações financeiras de capital fechado versus 10 demonstrações de empresas de capital aberto sobre as notas explicativas de Contingências, Imobilizado e Empréstimos e Financiamentos, notou-se grande diferença entre os níveis de abertura de dados para os interessados pelas informações.

Se o principal produto da contabilidade é a demonstração financeira, e se o principal objetivo deste relatório é fornecer o maior volume de informações necessárias para a tomada de decisões, presume-se que esta distorção entre as empresas de capital fechado e as empresas de capital aberto podem estar atreladas aos fatores abaixo:

- Insegurança das empresas de capital fechado ao divulgar maiores informações para o público a respeito das notas analisadas. Possíveis riscos que as empresas de capital fechado visualizam na melhor abertura destas informações:
 - i) Contingências – distanciamento de possíveis parceiros em atividades operacionais e não operacionais devido os riscos de perdas de processos trabalhistas, judiciais, cíveis e outros junto a terceiros, podendo ocasionar diminuições do disponível da organização.
 - ii) Imobilizado – a divulgação dos imobilizados dados como garantias para passivos também podem ocasionar determinado distanciamento de possíveis parceiros em atividades operacionais.
 - iii) Empréstimos e financiamentos – a divulgação dos riscos (riscos de crédito, risco de liquidez) podem comprometer a imagem da empresa no mercado.
- Falta de equipe técnica para a elaboração das demonstrações financeiras. Para que a organização consiga divulgar as informações conforme orientação dos CPC's, é necessário que ela possua equipe técnica capacitada e constantemente atualizada para desenvolver determinados dados.

- Falta de maiores exigências e fiscalizações perante os órgãos competentes para que as organizações tenham maior pressão para realizarem as divulgações de suas demonstrações financeiras de acordo com as orientações dos CPC's.

Em contrapartida, as empresas de capital aberto que apresentaram uma melhor abertura e adequação as orientações emitidas pelos CPC's garantem uma melhor tomada de decisão dos investidores, uma maior credibilidade dos usuários externos da informação devido a abertura realizada e uma melhor posição da situação econômico-financeira da empresa no mercado, pois a melhor abertura das notas explicativas analisadas garantem:

- Contingências: um melhor entendimento dos principais processos judiciais, trabalhistas, cíveis e outros que a empresa possui, podendo ser analisado inclusive na evolução destes saldos contingenciados (adições, baixas e atualizações monetárias através das notas de movimentação). Outro fator importante é a descrição breve da natureza, que auxilia o leitor no entendimento da origem, ou seja, da constituição da provisão.
- Imobilizado: um melhor entendimento do leitor a respeito da abertura do imobilizado por classes (terrenos, obras em andamento, edifícios e construções etc), onde o usuário da informação pode entender quais são os pontos fortes da organização (ex: a empresa possui grandes saldos em máquinas e equipamentos, que potencializa o seu poder de produção).
- Empréstimos e financiamentos: a divulgação ampla das informações apresenta ao leitor a possibilidade de analisar as dívidas da organização, bem como visualizar os possíveis riscos mitigados sobre a dívida, possibilidade de liquidação antecipada de saldos através do valor justo da dívida, como também o conforto do melhor controle realizado sobre este passivo.

A divulgação financeira é o maior compromisso da contabilidade com os seus usuários e com seus próprios objetivos. As formas de apresentação podem variar, mas a essência deverá ser sempre a mesma: divulgar informações quantitativas e qualitativas de maneira ordenada, deixando o menos possível para ficar de fora dos demonstrativos, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário. Para que as empresas de capital fechado consigam

cumprir com este compromisso, será necessário que as organizações visualizem a maior abertura de informações como um benefício a organização, será necessário também que os profissionais se qualifiquem e mantenham-se atualizados com as normas contábeis e com os pronunciamentos técnicos contábeis – CPC's, bem como fiscalizações por órgãos reguladores aconteçam com as empresas de capital fechado para que a adequação aconteça e mantenha-se viva na cultura das organizações.

REFERENCIAS

AILLÓN, Humberto Silva; SILVA, Júlio Orestes da; PINZAN, Anderson Ferreira; WUERGES, Artur Filipe Ewald. **Análise das Informações por Segmento: Divulgação de Informações Gerenciais pelas Empresas Brasileiras**. 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo/SP 26 e 27 julho de 2012. Disponível em:<<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos122012/377.pdf>> Acesso em 15 mar. 2013.

ANDRADE, Guy Almeida. **A universalização da linguagem contábil**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, nº 135, p. 17-21, mai/jun.2002.

Banco Central do Brasil - **Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro - Departamento de Normas do Sistema Financeiro**. Disponível em<www.bcb.gov.br/nor/convergencia/IAS_37_Provisoes_Contingencias_Passivas_e_Contingencias_Ativas.pdf>. Acesso em 30 mar.2013.

BM&FBovespa – **A nova Bolsa**. Governança corporativa 2012. Disponível em:<www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/consultas/governanca-corporativa/governanca-corporativa.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 15 jun. 2012.

BRAGA, Hugo Rocha; ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Mudanças Contábeis na Lei Societária**. São Paulo. Atlas, 2008.

BUSHMAN, Robert M.; PIOTROSKI, Joseph D. SMITH, Abbie J. **What determines corporate transparency?** Working Paper, University of Chicago, 2001. Disponível em:<http://public.kenanflagler.unc.edu/faculty/bushmanr/bushman_jar_transparency.pdf> Acesso em 15 jun. 2012.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CHOI, Frederick S.; FROST, Carol A.; MEEK, Gary. K. **International Accounting**. 3rd. Ed. New Jersey: Prentice Hall, 1999.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **Resoluções**. Disponível em:<www.cpc.org.br/>. Acesso em 15 jun. 2012.

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Pareceres de Orientação**. Disponível em:<http://www.cvm.gov.br/port/snc/pareceres_new.asp>. Acesso em 15 jun. 2012.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamentos**. Disponível em:<<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=14>> Acesso em 15 jun. 2012.

FONTELES, Islane Vidal; NASCIMENTO, Cicero Philip Soares do; PONTE, Vera Maria Rodrigues; REBOUÇAS, Sílvia Maria Dias Pedro. **Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências por Companhias listadas na BM&F Bovespa**. 12º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. São Paulo/SP 26 e 27 julho de 2012. Disponível em:<

<<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos122012/437.pdf>> Acesso em 15 mar. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GREGÓRIO, Danilo. Muito além dos balanços: **Contabilidade internacional abre portas para companhias que buscam financiamentos e clientes fora do país**. Revista Capital Aberto, São Paulo, v.5. n.50. p.36-40, outubro/2007. Disponível em: <http://www.capitalaberto.com.br/ler_artigo.php?pag=2&sec=4&i=1602> Acesso em 15 jun. 2012.

HEALY, Paul. M.; PALEPU, Krishna. G. **Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature**. Journal of Accounting and Economics, n. 31, pp. 405-440, 2001. Disponível em: <<http://tippiweb.iowa.uiowa.edu/accounting/mcgladrey/winterpapers/kothari1.pdf>>. Acesso em 30 mar.2013.

HENDRISKEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas 1999.

HERRMANN JR, Frederico. **Contabilidade Superior**. São Paulo: Atlas 1978.

HIRSHLEIFER, David; TEOH, Siew. Hong. **Limited attention, information disclosure, and financial reporting**. Journal of Accounting and Economics, n. 36, pp. 337-386, 2003. Disponível em: <<http://sites.uci.edu/dhirshle/files/2011/02/Limited-attention-information-disclosure-and-financial-reporting.pdf>>. Acesso em 30 mar.2013.

HO, Lin-Chin Jennifer.; TAYLOR, Martin. E. **An Empirical Analysis of Triple Bottom-Line Reporting and its Determinants: Evidence from the United States and Japan**. Journal of International Financial Management and Accounting, n. 18, pp. 123-150, 2007. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=990124>. Acesso em 30 mar.2013.

IJIRI, Yuri, **“Theory of Accounting Measurement”** Estudos em contabilidade. Sarasota, FL 1975.

IUDICIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 8 ed. São Paulo: Atlas 2006.

LANZANA, Ana. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de São Paulo (USP), São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.ppge.ufrgs.br/GIACOMO/arquivos/gov-corp/lanzana-2004.pdf>>. Acesso em 30 mar.2013.

LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. **Utilização da teoria da divulgação para avaliação da relação do nível de disclosure com o custo da dívida das empresas brasileiras. 2007.** Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-26112007-165145/>>. Acesso em 30 mar.2013.

LIMA, Igor Gabriel; PETERS, Marcos Reinaldo Severino; MEGLIORINI, Evandir; RICCIO, Edson Luiz. **Índice de Conformidade de Evidenciação: Uma aplicação.** VII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração – 2010. Disponível em: <<http://www.convibra.com.br/artigo.asp?ev=25&id=1696>> Acesso em 30 mar.2013.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Elizeu. **Teoria da contabilidade - Uma nova abordagem.** São Paulo: Atlas 2007.

MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha; PONTE, Vera Maria Rodrigues; COELHO, Antônio Carlos Dias; MENESES, Anelise Florencio de. **Determinantes do Nível de Disclosure de Instrumentos Financeiros Derivativos em Firms Brasileiras.** Revista de Contabilidade e Finanças - vol.22 no.57 São Paulo Sept./Oct./Nov./Dec. 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772011000300003&script=sci_arttext>. Acesso em 12 dez.2012.

MARTINS, Elizeu; DINIZ, Josediton Alves; MIRANDA, Gilberto José. **Análise avançada das demonstrações contábeis - Uma abordagem crítica.** São Paulo: Atlas 2012.

MÜLLER, Aderbal Nicolas; SCHERER, Luciano Márcio. **Contabilidade Avançada e internacional – Alterações trazidas pela Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007.** São Paulo: Saraiva 2009.

MURCIA, Fernando Dal-Ri; SANTOS, Ariovaldo dos. **Principais Práticas de Disclosure Voluntário das 100 Maiores Empresas Listadas na Bolsa de Valores de São Paulo.** Revista Contabilidade e Controladoria, v. 01, n. 01, p. 61-78, 2009.

NASCIMENTO, Eduardo Mendes; GUERRA, Mariana; FERNANDES, Nirlene Aparecida Carneiro; COLAUTO, Romualdo Douglas. **Divulgação de Informações Financeiras de Companhias Siderúrgicas e Metalúrgicas Brasileiras.** RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEA-RP/USP, v. 4, n. 10, p. 3-24, set-dez 2010.

NIYAMA, Jorge Katsumi; GOMES, Amaro. L. Oliveira. **Contribuição ao aperfeiçoamento dos procedimentos de evidenciação contábil aplicáveis às demonstrações financeiras de bancos e instituições assemelhadas.** Anais do XV Congresso Brasileiro de Contabilidade, Brasília: CFC, 1996.

PONTE, Vera Maria Rodrigues.; OLIVEIRA, Marcelle Colares.; MOURA, Héber; CARMO, Renata Coelho de Almeida. **Análise das Práticas de Evidenciação de**

Informações Obrigatórias, Não-Obrigatórias e Avançadas nas Demonstrações Contábeis das Sociedades Anônimas no Brasil: um estudo comparativo dos exercícios de 2002 e 2005. Revista Contabilidade & Finanças, v. 18, n. 45, p. 50-62, 2007. Disponível em: <http://www.ibri.com.br/materias/academicos.asp?documento_id=2853>. Acesso em 12 dez.2012.

REIS, Luciano Gomes dos; NOGUEIRA, Daniel Ramos. **Disclosure do Ativo Imobilizado: Análise das Práticas pelas Empresas do Novo Mercado considerando o CPC 27.** Revista de Estudos Contábeis UEL v.3 n. 4 – 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/10149/12077>>. Acesso em 28 mar.2013.

SAMPIERI, Roberto Hernández. H.; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Pilar Batista. **Metodologia de pesquisa.** São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil.** Porto Alegre: Boockman, 2000.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves. **Contabilidade internacional Avançada.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2010.

VASCONCELOS, Yumara Lúcia. VIANA Aurelina Laurentina. **Evidenciação: forma e qualidade.** Revista do Conselho federal de contabilidade. n. 134, p. 21-29, mar/abr 2002. Disponível em: <<http://50.97.105.38/~cfcor495/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/RBCResumo1349.pdf>>. Acesso em 12 dez.2012.